

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MATEUS PERUZZO

**A EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (IDese)
NO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 2000 E 2009**

PORTO ALEGRE

2012

MATEUS PERUZZO

**A EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (IDESE)
NO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 2000 E 2009**

Monografia apresentada à banca examinadora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Professor Dr. Júlio César de Oliveira.

PORTO ALEGRE

2012

MATEUS PERUZZO

**A EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (IDESE)
NO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 2000 E 2009**

Monografia apresentada à banca examinadora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Professor Dr. Júlio César de Oliveira.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de dezembro de 2012, com o conceito/nota _____:

Prof. Dr. Júlio César de Oliveira - Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Me. Flávio Migowski
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof^ª. Dr.^a. Maria Heloísa Lenz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma especial aos meus pais, Enedi e Pedro, pelo apoio e dedicação demonstrados em todos os momentos. Vocês foram fundamentais para a conclusão de mais essa etapa da minha vida. Agradeço também a toda minha família, que de uma maneira ou outra contribuiu para que esse momento acontecesse.

Quero agradecer também aos amigos da faculdade, pela ajuda e parceria. São pessoas muito importantes que me auxiliaram muito, principalmente quando Porto Alegre ainda era novidade. Da mesma forma, agradeço aos amigos que fiz fora da faculdade, aos parceiros de conversas, festas e futebol.

Por fim, agradeço ao professor Júlio César de Oliveira pela contribuição nesta monografia. Seu conhecimento no tema somado com a paciência e atenção dedicada, principalmente neste semestre final, foram fundamentais na elaboração do trabalho.

RESUMO

Este estudo busca mostrar a evolução do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009. Além disso, procura-se mostrar a composição atual dos Coredes do Estado e mostrar o perfil das regiões. As análises realizadas mostram que o Estado vem conseguindo manter uma taxa de crescimento estável do Índice. Grande parte dos blocos que compõe o Índice apresentam valores considerados de médio e alto desenvolvimento nas cidades e Coredes. O principal problema tem sido o bloco Saneamento e Domicílios, que tem apresentado valores baixos em grande parte do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Idese; Rio Grande do Sul; Coredes; Desenvolvimento Humano.

ABSTRACT

This study aims to show the evolution of the Index of Socioeconomic Development (Idese) in Rio Grande do Sul from 2000 to 2009. Moreover, it attempts to show the current composition of the State Coredes and show the profile of the regions. The analysis shows that the state has been able to maintain a stable growth rate of the index. Much of the blocks that make up the Index present values considered medium and high development in cities and Coredes. The main problem has been the block Sanitation and Household, which has presented low values in much of the Rio Grande do Sul.

Keywords: Idese; Rio Grande do Sul; Coredes; Human Development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos municípios pertencentes aos Corede.....	32
Quadro 2 – Relação de municípios emancipados entre 2000 e 2009 no Rio Grande do Sul.....	37
Quadro 3 – Blocos do Idese, índices componentes de cada bloco, peso dos índices nos blocos e no Idese, limites dos índices e fontes dos dados brutos.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados econômicos dos Coredes da Região Funcional de Planejamento 1	44
Tabela 2 – Dados econômicos dos Coredes da Região Funcional de Planejamento 2	45
Tabela 3 – Dados econômicos dos Coredes da Região Funcional de Planejamento 3	47
Tabela 4 – Dados econômicos dos Coredes da Região Funcional de Planejamento 4	47
Tabela 5 – Dados econômicos dos Coredes da Região Funcional de Planejamento 5	50
Tabela 6 – Dados econômicos dos Coredes da Região Funcional de Planejamento 6	50
Tabela 7 – Dados econômicos dos Coredes da Região Funcional de Planejamento 7	52
Tabela 8 – Dados econômicos dos Coredes da Região Funcional de Planejamento 8	55
Tabela 9 – Dados econômicos dos Coredes da Região Funcional de Planejamento 9	55
Tabela 10 – <i>Ranking</i> : dez municípios com maior Idese em 2000 e 2009	65
Tabela 11 – Os dez municípios com maior Idese em 2000 – Variação % entre 2009/2000	66
Tabela 12 – Os dez municípios com maior Idese em 2009 – Variação % entre 2009/2000	66
Tabela 13 – As dez maiores variações positivas no Idese – Variação % entre 2009/2000	67
Tabela 14 – <i>Ranking</i> : Dez municípios com menor Idese em 2000 e 2009	68
Tabela 15 – Os dez municípios com menor Idese em 2009 – Variação % entre 2009/2000	69
Tabela 16 – As dez maiores variações negativas no Idese – Variação % entre 2009/2000	69
Tabela 17 – <i>Ranking</i> : Seis Coredes com maior Idese em 2000 e 2009	73
Tabela 18 – <i>Ranking</i> : Seis Coredes com menor Idese em 2000 e 2009	73
Tabela 19 – Os seis Coredes com maior Idese em 2000 – Variação % entre 2009/2000	74
Tabela 20 – Os seis Coredes com maior Idese em 2009 – Variação % entre 2009/2000	74
Tabela 21 – Os seis Coredes com menor Idese em 2000 – Variação % entre 2009/2000	75
Tabela 22 – Os seis Coredes com menor Idese em 2009 – Variação % entre 2009/2000	75
Tabela 23 – As seis maiores variações no Idese – Variação % entre 2009/2000	76
Tabela 24 – As seis menores variações no Idese – Variação % entre 2009/2000	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do Idese entre 2000 e 2009.....	63
Gráfico 2 – Índices dos blocos do Idese no Rio Grande do Sul em 2000 e 2009.....	64

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Regiões Funcionais de Planejamento e Coredes	42
Mapa 2 – Região Funcional de Planejamento 1	43
Mapa 3 – Região Funcional de Planejamento 2	45
Mapa 4 – Região Funcional de Planejamento 3	46
Mapa 5 – Região Funcional de Planejamento 4	48
Mapa 6 – Região Funcional de Planejamento 5	49
Mapa 7 – Região Funcional de Planejamento 6	51
Mapa 8 – Região Funcional de Planejamento 7	53
Mapa 9 – Região Funcional de Planejamento 8	54
Mapa 10 – Região Funcional de Planejamento 9	56
Mapa 11 – Idese, por municípios, no Rio Grande do Sul – 2000.....	70
Mapa 12 – Idese, por municípios, no Rio Grande do Sul – 2009.....	71
Mapa 13 – Idese, por COREDE, no Rio Grande do Sul – 2009.....	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	15
1.1 A visão unidimensional da pobreza.....	15
1.2 A visão multidimensional da pobreza	17
1.2.1 O desenvolvimento como expansão das liberdades.....	17
1.2.2 A pobreza como privação das capacidades básicas	21
1.2.3 A expansão do conceito de pobreza como privação das capacidades humanas	24
1.3 Mensuração da pobreza multidimensional	27
2 COREDES.....	30
2.1 Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes)	30
2.2 Desmembramentos municipais no longo do período analisado	36
2.3 Perfil das Regiões Funcionais de Planejamento e dos Coredes	41
3 A EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (IDESE) ENTRE OS ANOS 2000 E 2009.....	58
3.1 O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese).....	58
3.2 A evolução do Idese no Estado e nos municípios entre 2000 e 2009	62
3.3 A evolução do Idese nos Coredes entre 2000 e 2009	72
CONCLUSÃO.....	79
REFERÊNCIAS	81

INTRODUÇÃO

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) procura avaliar de uma forma multidimensional o desenvolvimento no Rio Grande do Sul. O objetivo deste trabalho é avaliar a evolução do Índice no Estado entre 2000 e 2009 através dos dados disponibilizados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), pelo IBGE e pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Será possível fazer uma análise das cidades do Estado nesse período, assim como dos Coredes, se obteve um aumento ou diminuição no índice e avaliar as possíveis razões desses resultados.

O indicador mais popular no contexto internacional, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é referência para o Idese. Percebeu-se que para auferir o avanço de uma população não basta considerar apenas sua dimensão econômica, deve-se observar também os aspectos sociais, culturais e as políticas que influenciam a qualidade de vida humana. De acordo com Haq (1995) o que se buscou foi desviar o foco do desenvolvimento da economia e da contabilidade de renda nacional para políticas centradas nas pessoas.

O Idese apresenta outros componentes. O Índice é atualmente calculado a partir de quatro blocos: renda, saúde, educação e saneamento e domicílios, sendo este último um dos grandes diferenciais em relação ao IDH.

Esses indicadores sociais não buscam mostrar o melhor lugar do mundo para viver e também não representam o nível de felicidade das pessoas, são geralmente uma medida de condições que determinam possibilidades mínimas de vida para os indivíduos, tais como saúde, conhecimento e padrão de vida.

A cargo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH tem sido uma medida das condições básicas de vida de uma sociedade. Os três componentes utilizados para o cálculo – renda, longevidade e educação – podem ser amplamente comparados na maior parte dos países do mundo. Além disso, estabelece um contraponto com o Produto Interno Bruto (PIB), que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

O IDH tornou-se referência mundial. É um índice-chave dos Objetivos do Milênio das Nações Unidas. No Brasil tem sido utilizado pelo governo federal como meio de distribuição dos recursos em programas governamentais.

Com isso, assim como o IDH no âmbito nacional e internacional, o Idese tem no plano Estadual o objetivo de aprimorar o planejamento e auxiliar na distribuição do gasto público, de acordo com as necessidades de cada cidade ou região, por exemplo.

O objetivo deste estudo consiste em mostrar a importância da evolução do Idese na avaliação dos níveis de desenvolvimento humano e a realidade socioeconômica nas cidades gaúchas e nos Coredes do Estado, apresentando os resultados de avanço ou retrocesso deste índice para as cidades e regiões. Para atingir tal objetivo serão utilizados os dados estatísticos disponibilizados pela FEE, IBGE e pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Serão analisados os dados e efetuadas análises e comparações entre cidades e regiões. Será avaliada a situação de cidades específicas, onde se registrem os valores mais baixos e mais altos do Idese. A partir disso, se poderá fazer uma relação com aspectos teóricos abordados pelas teorias de Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Humano.

Como objetivos secundários pode-se destacar a apresentação dos municípios criados durante o período de análise do trabalho e em quais Coredes foram inseridos. Além disso, será feita uma breve descrição dos Coredes e apresentado questões importantes sobre a Teoria do Desenvolvimento Humano.

A hipótese inicial da monografia é que o processo de desenvolvimento não pode se limitar a busca de crescimento sustentado da economia, ele deve remover o que impede as pessoas de realizarem seus potenciais. O IDH suplantou o PIB como medida e meta do desenvolvimento mostrando que o desenvolvimento, assim como a pobreza, são fenômenos multidimensionais.

Para atingir os objetivos expostos acima, a monografia foi distribuída em três capítulos. O primeiro capítulo trata da teoria do desenvolvimento humano, ressaltando os principais conceitos e autores. Nele ainda são apresentados alguns outros índices calculados no Brasil que se assemelham ao Idese. O segundo capítulo busca apresentar o perfil dos Coredes e de suas respectivas Regiões Funcionais. São apresentados aspectos históricos de formação e dados econômicos das regiões. Além disso, são apresentados os municípios criados durante o período de análise. Isso permite avaliar como ficou a composição dos Coredes após os desmembramentos municipais e apresentar informações das novas cidades e em que Coredes elas foram inseridas. No capítulo três é feita a análise do nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios e regiões do Estado. A FEE lançou em 2012 o Idese de 2009, devido a uma defasagem natural, que

gira em torno de dois anos, na divulgação de dados definitivos necessários aos cálculos do Índice pelas instituições responsáveis e pelo processamento desses dados.

1 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

O presente capítulo tem por objetivo destacar o referencial teórico do trabalho. Nele são tratados aspectos da teoria do desenvolvimento humano, apresentando e discutindo alguns de seus pontos mais fundamentais.

1.1 A visão unidimensional da pobreza

O estudo da pobreza com base em uma única dimensão começou entre os séculos XIX e XX. Nesse período, a ideia de pobreza estava relacionada com a não satisfação de necessidades mínimas necessárias a sobrevivência de um indivíduo. Nesta visão as variáveis monetárias são as definidoras de bem estar. Portanto, a visão unidimensional da pobreza estava associada ao enfoque monetário. Dentro da abordagem monetária da pobreza, surgem dois enfoques diferentes: o da pobreza absoluta e o da pobreza relativa. Segundo Crespo e Gurovitz (2002, pg.4):

O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. [...] O enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível.

Ou seja, a pobreza é identificada como insuficiência de renda ou consumo. Para Sen (2001, pg. 165), essa abordagem de identificação da pobreza:

[...] especifica uma “linha de pobreza” divisória, definida como o nível de renda abaixo do qual as pessoas são diagnosticadas como pobres. [...] A medição da pobreza pode ser vista como consistindo em dois exercícios porém inter-relacionados: (1) a identificação dos pobres, e (2) a agregação dos parâmetros estatísticos com respeito aos identificados como pobres para derivar um índice global de pobreza.

Wiltgen e Reis (2012, pg.3) também destacam que “dentre as metodologias mais utilizadas para a análise unidimensional de pobreza está o cálculo de linhas de pobreza”. Os autores citam que essa metodologia foi utilizada pela primeira vez por Rowntree (1901) para o

estudo sobre a pobreza da cidade de Nova York. Para Wiltgen e Reis (2012, pg.3) essa metodologia:

[...] é muito utilizada pela sua facilidade para fins de comparação com outras pesquisas, como as de mercado de trabalho, por exemplo, além de ser possível de se obter um extrato do perfil desta população pobre o que se torna relevante aos formuladores de políticas públicas.

Porém, para Salama e Destremau (1999), ao restringir a pobreza a um indicador monetário, pode-se incorrer no risco de superestimar a pobreza, assim como, de acordo com Sen (2000), a pobreza pode ser mais ampla do que pode parecer no âmbito da renda.

Há, por exemplo, países muito ricos, com um Produto Interno Bruto (PIB) ou Produto Nacional Bruto (PNB) elevados, mas que apresentam índices muito baixos de qualidade de vida.

Por isso, para Thorbecke (2005), a renda é limitada e inapropriada como indicador de bem estar, pois não reflete importantes dimensões da pobreza como igualdade, liberdade, expectativa de vida e alfabetização. É por esse motivo que o bem estar é mais relacionado com qualidade de vida e menos com nível de renda.

Porém, isso não significa que a renda ou a riqueza não sejam úteis. Elas permitem a realização de muitas coisas, como por exemplo, a obtenção de algumas liberdades substantivas, ou seja, evitar a fome, a morte prematura, ou assegurar liberdade de expressão.

Sen (2000) destaca que é importante reconhecer o papel crucial da riqueza na determinação de nossas condições e qualidade de vida, mas é necessário entender a natureza restrita e dependente dessa relação. Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e de outras variáveis relacionadas à renda. Para o autor, não se pode desconsiderar a importância do crescimento econômico, mas precisa-se enxergar muito além dele. É necessária uma suplementação de informações para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento.

De acordo com Sen (2000, pg.35) “o papel da renda e da riqueza – ainda que seja importantíssimo, juntamente com outras influências - deve ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação”. O ponto fundamental nessa análise, para Sen (2000, pg.35), “é que o impacto do crescimento econômico depende muito do modo como seus *frutos* são aproveitados”.

Portanto, devido há grande dificuldade na mensuração da renda, principalmente nos países em desenvolvimento e pelo fato dos indicadores unidimensionais não levarem em consideração outros aspectos importantes além do nível de renda e riqueza, a saída tem sido utilizar outras formas de medir a pobreza, e a perspectiva multidimensional, nesse aspecto, é mais rica que a abordagem tradicional.

1.2 A visão multidimensional da pobreza

O enfoque multidimensional da pobreza ampliou a visão e as discussões sobre o assunto, apresentando consequências importantes para o planejamento, execução e sucesso das políticas públicas.

1.2.1 O desenvolvimento como expansão das liberdades

De acordo com Sen, o conceito de privação relativa que é atribuído à pobreza é diretamente relacionado com a sua visão de desenvolvimento. Segundo Crespo e Gurovitz (2002, pg.7):

O desenvolvimento supõe que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Essa nova perspectiva, que desvia da visão de desenvolvimento vinculada unicamente ao crescimento econômico, teve grande influência do economista paquistanês Mahbub ul Haq. Haq, ao lado de Sen, é um dos criadores do Relatório de Desenvolvimento Humano que tem sido publicado anualmente, desde 1990, pelo programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Para Haq (1995) o objetivo básico do desenvolvimento é ampliar as escolhas dos indivíduos.

Segundo Santos e Carrion (2009, pg.59) a partir do final da década de 1970, mas em especial na década de 1990:

O interesse por questões humanitárias, tais como redução da pobreza, satisfação das necessidades básicas, correção de desigualdades de renda e de bens, o

cuidado referente ao aumento da insegurança e da exclusão social, direitos humanos, proteção ao meio-ambiente e a preocupação quanto ao regime político adotado pelas diversas nações, dentre outros, passaram a despertar um maior interesse de organismos multilaterais, tais como Nações Unidas e Banco Mundial.

Mas esta nova forma de olhar para o desenvolvimento, várias vezes deixada de lado pela preocupação imediata com a acumulação de bens e riqueza financeira, não é nova. Na verdade ela é um tributo aos líderes precursores do pensamento político e econômico. Segundo Haq (2008, pg.63) “a ideia de que arranjos sociais precisam ser avaliados, pela sua eficácia em promover o “bem humano”, remonta pelo menos a Aristóteles (384-322 B.C.). Ele argumentava que “a riqueza não é evidentemente, o bem que procuramos, pois é meramente útil e existe em função de algo mais”. Distinguiu um projeto político bom de um ruim pelos seus sucessos e fracassos em possibilitar ao povo desfrutar de uma “vida próspera”.

A diferença nos enfoques, mostrando o hiato entre um interesse principalmente baseado na riqueza econômica e outro, mais amplo, que discute o tipo de vida que se pode ter, é fundamental na conceituação do desenvolvimento. Para Sen (1988, pág.15):

Uma vez que o desenvolvimento se preocupa com o alcance de uma vida melhor, o foco da análise do desenvolvimento deve incluir a natureza da vida que as pessoas têm a possibilidade de viver. As pessoas valorizam sua capacidade em fazer certas coisas e realizar certos tipos de “ser” (tal como ser bem nutrido, ser livre de morbidade evitável, ser livre para ir aonde desejar, e assim por diante). Esses “fazeres” (doings) e “seres” (beings) podem ser genericamente chamados por “funcionamentos” de uma pessoa. O bem-estar pode ser visto como uma avaliação dos funcionamentos realizados por uma pessoa.

Nessa interpretação, o desenvolvimento está relacionado ao aumento das possibilidades de escolha que as pessoas têm para levar uma vida a que deem valor. Para que esse aumento aconteça é fundamental a criação das capacidades humanas. Essas capacidades são o conjunto de coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. Algumas dessas capacidades são elementares para o desenvolvimento humano. Por exemplo, ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno e participação da vida em comunidade não estão disponíveis a todas as pessoas, e sem estas, muitas outras escolhas simplesmente não ficam disponíveis e muitas oportunidades na vida mantêm-se inacessíveis.

Nessa análise, os “doings” e “beings” podem ser respectivamente, os estados e ações dos indivíduos. A combinação de diferentes tipos de estados e ações é considerada como elemento constitutivo da existência humana. Essas combinações são os “functionings” (funcionamentos)

das pessoas e referem-se às atividades e condições de cada indivíduo, como por exemplo, bom acesso a educação, boas condições de saúde, boas condições de moradia etc. Segundo Crespo e Gurovitz (2002, pg.5):

Os funcionamentos são definidos como o que uma pessoa pode considerar valioso ter ou fazer. Os funcionamentos podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais mais complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio.

Para Sen (2008) a capacidade é principalmente um reflexo da liberdade para realizar funcionamentos valiosos e na medida em que os funcionamentos são constitutivos do bem-estar, a capacidade representa a liberdade de uma pessoa para realizar bem-estar.

O primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (1990) define desenvolvimento humano tanto como um processo de ampliação das escolhas das pessoas quanto o nível de bem estar alcançado. Segundo Santos (2006, pg.17) o desenvolvimento, pelo enfoque do desenvolvimento como liberdade:

Traduz-se na realização dos variados funcionamentos que as pessoas valorizam em suas vidas, dando importância crucial à liberdade de escolha individual. Para que essa situação seja factível, deve-se levar em consideração não apenas a vontade de realização que as pessoas expressam em relação a esses funcionamentos, mas também a situação em que vivem e que as possibilita ou impede nos mais variados graus, de chegar a seus objetivos.

Segundo Haq (2008, pg.67) existe um consenso bastante amplo sobre alguns aspectos do paradigma do desenvolvimento humano:

- O desenvolvimento precisa ter pessoas como centro das atenções.
- O objetivo do desenvolvimento é o de ampliar todas as escolhas humanas, não apenas as econômicas.
- O paradigma do desenvolvimento humano está voltado para a construção de capacitações humanas (por meio do investimento nas pessoas) e para uso pleno dessas capacitações (por intermédio de uma estrutura que beneficie o crescimento e a oferta de emprego).
- O desenvolvimento humano sustenta-se em quatro pilares essenciais: igualdade, sustentabilidade, produtividade e empoderamento. Ele considera o crescimento econômico essencial, mas enfatiza a necessidade de resguardar a sua qualidade e a sua distribuição, analisa exaustivamente sua relação com vidas humanas e questiona sua sustentabilidade a longo prazo.
- O paradigma do desenvolvimento humano define os fins do desenvolvimento e examina alternativas para alcançá-los.

O ponto de partida das estratégias de desenvolvimento humano é considerar cada questão inserida nos modelos tradicionais de crescimento sob a ótica das pessoas. Nenhuma questão econômica é ignorada, mas todas são relacionadas às pessoas, objetivo principal do desenvolvimento. Dessa maneira, Haq (2008, pg.69) menciona que as pessoas:

São consideradas não apenas como beneficiárias do crescimento econômico, mas como agentes reais de cada mudança na sociedade econômica, política, cultural ou social. Estabelecer a supremacia das pessoas no processo de desenvolvimento – algo que os escritores clássicos sempre fizeram – não significa denegrir o crescimento econômico, mas redescobrir seu objetivo verdadeiro.

Assim sendo, essa abordagem do desenvolvimento se baseia na expansão das oportunidades reais que as pessoas desfrutam. Segundo Sen (2000) a expansão da liberdade é considerada o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento. O objetivo está relacionado à avaliação das liberdades individuais desfrutadas pelas pessoas e suas capacidades se relacionam principalmente com fatores sociais, econômicos e políticos.

A liberdade é um elemento substantivo básico do desenvolvimento para Sen. Ela proporciona uma melhora na vida das pessoas e é fundamental na busca das capacidades e na realização dos direitos. As pessoas necessitam de liberdade para exercer suas escolhas e para as tomadas de decisões que afetam suas vidas. De acordo com Sen (2000, pág.71):

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção.

É necessário, por exemplo, que as pessoas desfrutem da liberdade básica de sobreviver, liberdade política e dos direitos civis básicos.

O crescimento econômico, por exemplo, tem uma relação maior com um clima econômico mais propício do que com um sistema político mais rígido. Outra relação importante é que muitas vezes a insegurança econômica pode estar relacionada à ausência de direitos e liberdades democráticas.

Segundo Sen (2000), existem duas razões distintas para a importância crucial da liberdade individual no conceito de desenvolvimento, relacionadas respectivamente à avaliação e a eficácia. Primeiro, na abordagem normativa, as liberdades individuais substantivas são consideradas essenciais. O êxito de uma sociedade deve ser avaliado, nesta visão, primordialmente segundo as liberdades substantivas que os membros dessa sociedade desfrutem. A segunda razão para considerar tão crucial a liberdade substantiva é que a liberdade é não apenas a base de avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Portanto, para Sen, a liberdade proporciona melhores condições para as pessoas cuidarem de si mesmas e conseqüentemente o modo como influenciam o mundo.

Nesse contexto, o conjunto capacitário pode ser considerado como a liberdade mais abrangente na realização do bem estar. Segundo Sen (2000, pág.95) a liberdade:

Consiste das combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacitação é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos). Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum pode ter a mesma realização de funcionamento quanto comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, mas a primeira possui um “conjunto capacitário” diferente da segunda (a primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda).

Portanto, a liberdade é vista como meio e como fim do desenvolvimento. As privações de liberdade são vistas como não conducentes ao desenvolvimento, assim como não representativas do desenvolvimento.

1.2.2 A pobreza como privação das capacidades básicas

Na abordagem das “*capabilities*” (capacitações) de Amartya Sen é visível a preocupação do autor com a redução da pobreza, pelo fato dela negar aos cidadãos as oportunidades mais básicas para o seu desenvolvimento.

De acordo com Sen (1999) pode-se definir pobreza como a privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. Porém o objetivo não é negar que o baixo nível de renda é uma das causas da pobreza, é estabelecer que o nível de renda é considerado baixo quando impossibilita a geração de níveis especificados de capacitações. Segundo ele, baixa renda é apenas mais um dos fatores que se exprimem pela

privação de capacidades. A qualidade de vida das pessoas depende, dentre outros requisitos, de condições físicas e sociais.

Os argumentos favoráveis à abordagem da pobreza como privação das capacidades básicas são, de acordo com Sen (2000, pg.109-110):

1. A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente).
2. Existem outras influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).
3. A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional)

O terceiro argumento é consideravelmente importante, de acordo com o autor, para auxiliar no combate à pobreza e à desigualdade por parte da ação pública, já que é necessária a disponibilidade de bens públicos e a livre possibilidade de uso de bens privados para a realização de funcionamentos. Os indivíduos só terão boas condições de saúde, alimentação e educação se houverem boas provisões públicas de serviços de saúde, educação, etc. Sen (2000, pg.110 e 111 apud Comin, Bagolin, Avila, Júnior e Picolotto, 2006, pg.23) e Foster e Sen (1997, pg. 211-213 apud Comin, Bagolin, Avila, Júnior e Picolotto, 2006, pg.23) listam algumas razões a respeito das “variações condicionais” discutidas pela literatura no contexto da elaboração de políticas públicas:

- a) A conexão entre renda e capacitação é fortemente influenciada pela diversidade humana, tanto nas características pessoais como nas suas circunstâncias externas. Além disso, as pessoas podem não ter o controle ou possuí-lo apenas de forma limitada sobre algumas das variáveis relacionadas a essa diversidade;
- b) Pode existir um determinado “acoplamento” de desvantagens entre (1) privação de renda e (2) adversidade na conversão de renda em funcionamentos. Por exemplo, desvantagens como idade, incapacidade ou doença não só diminuem o potencial do indivíduo para auferir renda, mas também torna mais difícil converter renda em capacitação;
- c) Levar em conta apenas a renda familiar é ignorar a desigualdade dentro da família e o grau de privação dos membros negligenciados;
- d) A privação relativa de rendas pode resultar em privação absoluta de capacitações.

Portanto, Sen (2000) destaca que as políticas de redução da pobreza de renda não podem ser a motivação suprema de políticas de combate à pobreza. A oferta de serviços de educação

básica e saúde, como exemplo, aumenta a probabilidade de que indivíduos potencialmente pobres superem a penúria. Mas Sen (2000, pg.114) destaca que:

É perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde etc. com argumento de que são bons meios para atingir o fim da redução da pobreza de renda. Isso seria confundir os fins com os meios.

Para Sen (1993, pg.41) “identificar uma combinação mínima de capacitações básicas pode ser um bom caminho para determinar o problema de diagnosticar e mensurar pobreza”.

Assim, da Silva e Neder (2010, pg.11) explicam que “no conceito de capacitações, pobreza não é apenas viver em um estado empobrecido, mas carências de oportunidades reais para que o indivíduo tenha o tipo de vida que valorize”. Segundo os autores, “o alvo são os funcionamentos que uma pessoa pode ou não atingir em virtude das oportunidades que ela tem”. Segundo Crespo e Gurovitz (2002, pg.6):

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento na natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e para as liberdades de poder alcançar esses fins.

Por exemplo, a simples perda de renda, causada pelo desemprego, pode ser compensada com algum tipo de auxílio governamental. Mas se o desemprego tiver outros efeitos graves na vida dos indivíduos, ocasionando privações de outros tipos, o auxílio proporcionado pelo governo não melhoraria no mesmo nível a qualidade de vida desse indivíduo.

Dessa maneira, para Crespo e Gurovitz (2002, pg.6):

A pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se justamente nesse ponto. Não se pode esquecer que o aumento das capacidades humanas tende a caminhar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos crônicas. As relações instrumentais, por mais importantes que sejam, não podem substituir a necessidade de uma compreensão básica da natureza e das características da pobreza.

A análise da pobreza como privação das capacitações básicas propicia, portanto, mais opções na formulação das políticas públicas do que a abordagem monetária.

1.2.3 A expansão do conceito de pobreza como privação das capacidades humanas

Alguns autores buscaram expandir o conceito de pobreza apresentado por Amartya Sen. Abaixo são apresentadas algumas contribuições a essa teoria.

A autora Martha Nussbaum (2000) é uma das grandes contribuidoras da abordagem das capacitações. Segundo Santos (2006) ela aborda as capacitações como direitos que as pessoas têm razão para valorizar. Enquanto a análise de Sen é mais focada na desigualdade, pobreza, fome, escolha social e na mensuração e aplicação empírica desses assuntos, Nussbaum tem uma perspectiva da filosofia política, legal e moral, focando principalmente os princípios legais básicos e as garantias constitucionais.

Nussbaum leva em consideração a diversidade cultural das diferentes sociedades, uma vez que abre espaço para o pluralismo nas possíveis reinterpretações de sua lista de capacitações. Para ela, essas capacitações são consideradas elementares. Cabe destacar que Sen não concorda plenamente com a elaboração de listas de capacitações ou necessidades básicas porque se corre o risco de ser demasiadamente específico e criar uma lista com um conjunto estreito de visões de mundo. Porém, para Nussbaum essa lista é o passo inicial para que se possam explorar outras condições de vida, que não seja mais a pura e simples sobrevivência.

Segundo Nussbaum (2000, pg.78-80 apud Santos, 2006, pg.44) as “Capacitações Humanas Funcionais Centrais” são:

1. Vida: Ser capaz de viver até o final de um período de vida humana normal; não morrer prematuramente;
2. Saúde física: Ser capaz de gozar de boa saúde, incluindo saúde reprodutiva; estar adequadamente nutrido, ter abrigo adequado;
3. Integridade física: Ser capaz de se mover livremente de um lugar a outro; ter respeitadas as fronteiras do seu corpo, isto é, estar seguro contra ataques, como os de violência sexual, abuso infantil e violência doméstica; ter oportunidade de satisfação sexual e de escolha em relação à reprodução;
4. Sentidos, imaginação e pensamento: Ser capaz de usar os sentidos, imaginar, pensar e raciocinar – e fazê-lo de uma forma “verdadeiramente humana”, uma maneira informada e cultivada por uma educação adequada, incluindo, mas sem limitá-la a isso, alfabetização e ensinamentos científicos e de matemática básica. Ser capaz de usar a imaginação e o pensamento em conexão com trabalhos e eventos auto-expressivos, produtivos e que proporcionam experiência, fundamentadas na própria escolha, religiosa, literária, musical, etc. Ser capaz de usar a mente de forma protegida por garantias de liberdade de expressão e respeito a discurso político e artístico, como também a liberdade de exercício da religião. Ser capaz de procurar pelo significado da vida à sua maneira. Ser capaz de ter experiências prazerosas e de evitar a dor desnecessária;

5. Emoções: Ser capaz de formar uma concepção do que é bom e se engajar em reflexão crítica sobre o planejamento de sua vida;
6. Razão prática: Ser capaz de formar uma concepção do que é bom e se engajar em reflexão crítica sobre o planejamento de sua vida;
7. Afiliação: A) Ser capaz de viver em sociedade, de reconhecer e mostrar interesse por outros seres humanos, engajar-se em diversas formas de interação social; ser capaz de imaginar a situação de outro e ter compaixão pela situação; ter capacitação para justiça e amizade. Interagir socialmente, mostrar interesse por outros indivíduos, ter sentimentos de justiça e amizade. B) Ter bases sociais de autorrespeito e não humilhação; ser capaz de ser tratado como um ser digno cujo valor é igual ao dos demais seres. Isso significa, no mínimo, proteção contra discriminação baseada em raça, sexo, orientação sexual, religião, casta, etnia ou nacionalidade. No trabalho, ser capaz de trabalhar como um ser humano, exercendo a razão prática e entrando em relacionamentos significativos de reconhecimento mútuo com outros colegas de trabalho;
8. Outras espécies: Ser capaz de viver considerando animais, plantas e o meio ambiente;
9. Diversão: Ser capaz de sorrir, divertir-se e apreciar atividades recreativas;
10. Controle sobre o próprio ambiente: A) Político. Ser capaz de participar efetivamente das escolhas políticas; ter o direito de participação política, proteção ao livre-discurso e ao direito de associação. B) Material. Ser capaz de ter direitos de propriedade (terra e bens móveis), não só formalmente, mas em termos de oportunidades reais; e ter direitos de propriedade numa base de igualdade com os demais; ter o direito de procurar e manter emprego numa base de igualdade com os demais.

O número de capacitações pode sofrer um impacto de acordo com especificidades locais de onde a pesquisa for realizada. Nussbaum (2000) trata as capacitações como um direito de todos os seres humanos. Ela não restringe sua lista a um número fixo de capacitações, ela abre espaço para que sejam agregadas novas capacitações, inserindo um relativismo cultural em sua perspectiva.

Para Nussbaum (2000, pg.83) os “seres humanos são criaturas que, se supridas por educação correta e suporte material, podem-se tornar plenamente capazes de realizar todos os funcionamentos humanos”. Se o suporte necessário para a realização dos funcionamentos não for oferecido e as pessoas forem impedidas de ter seus direitos de ação humana, haveria um grande desperdício de potencial humano.

Salama e Destremou (1999) veem a pobreza como a não satisfação de algumas necessidades básicas. Segundo eles é necessário que os indivíduos tenham acesso a bens e serviços considerados básicos, como água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, energia elétrica, acesso a transporte coletivo, educação e acesso a serviços de saúde. Esses serviços, considerados fundamentais e universais para o bem estar, proporcionam condições de vida digna aos indivíduos de acordo com os autores. A ausência desses serviços ocorre, geralmente, pela

urbanização acelerada e movimentos migratórios, que exacerbam os problemas já existentes de pobreza, porque as regiões urbanas geralmente não estão preparadas para atender as necessidades dos novos indivíduos.

Já Narayan (2000) busca expandir o conceito de pobreza abordado por Sen. O autor (2000, apud Wiltgen e Reis, 2012, pg.4) busca fazer isso a partir das Avaliações Participativas sobre a Pobreza (APP's), como forma de incorporar às suas análises uma dimensão humana e social, realizando entrevistas com populações pobres, em vários países do mundo, tentando captar suas opiniões do que é ser pobre. “Segundo Narayan, ninguém melhor do que os próprios pobres para falar sobre sua situação, como encaram as oportunidades, os riscos e as limitações que o mundo lhes apresenta e seus desafios na busca de melhorias” (2012, pg.4). Segundo Crespo e Gurovitz (2002, pg.8-9):

Grande parte do que a sociedade faz para ajudá-los terá validade na medida de sua aceitação. O investimento em uma escola, hospital ou conjunto habitacional, será inútil se não houver concordância dos beneficiários. Portanto, as estratégias de redução de pobreza só serão eficazes e sustentáveis se corresponderem a um conhecimento sistemático das percepções dos pobres.

Os estudos de Narayan (2000) baseiam-se em como os pobres percebem as várias manifestações de pobreza (baixa renda, violência, doenças, fome), em suas principais causas e fatores limitantes de suas oportunidades (pouco acesso a bens como terras e créditos; discriminação de etnia, classe ou religião) e em como eles viam os serviços públicos (centros de saúde, escolas, programas de planejamento familiar ou de extensão agrícola). Com esse enfoque é possível se obter uma perspectiva mais ampla da pobreza. Uma perspectiva que dá voz aos pobres e a chance de se tornarem protagonistas de seu próprio destino.

Os pobres definem sua condição de vida como crítica e negativa. Grande parte da população pobre não recebe outro tipo de ajuda a não ser da própria família. Os serviços de saúde pública a eles prestados também são alvo das críticas e a educação, segundo os pobres, é avaliada pelo custo-benefício. A crise econômica e a violência familiar, ocasionado pelo uso abusivo de álcool e das drogas, também foram citados como graves problemas enfrentados.

Portanto, para os pobres, “pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida

pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade” (NARAYAN, 2000, apud CRESPO E GUROVITZ, 2002, pg.11).

Assim, nessa análise, as estratégias de redução da pobreza precisam se basear, em alguma medida, na percepção dos pobres para se tornarem eficazes e sustentáveis.

Dessa maneira, para Wiltgen e Reis (2012), percebe-se que as abordagens multidimensionais da pobreza são analiticamente mais ricas, pois permitem estabelecer tipologias a partir de condições de existência e de trajetórias que consideram a vivência dos pobres. Isso permite identificar diferentes formas de pobreza e grupos sociais mais vulneráveis. O ponto chave é que essas abordagens buscam muito mais que medir a pobreza, elas procuram compreender esse fenômeno.

1.3 Mensuração da pobreza multidimensional

O progressivo desgaste do PIB *per capita* como principal indicador do nível de desenvolvimento levou a criação de indicadores substitutos. O principal deles é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse índice é composto de indicadores representativos das três dimensões básicas do Desenvolvimento Humano: educação, longevidade e renda.

Baseados principalmente no IDH, órgãos de pesquisas públicos ou privados brasileiros têm criado índices para os Estados ou para o país em geral.

No Rio Grande do Sul o Idese se sustenta no modelo do IDH e é calculado a partir dos blocos: renda, saúde, educação e saneamento e domicílios. Este último representa o grande diferencial em relação ao IDH. Calculado pela Fundação de Economia e Estatística, destaca-se que esse índice serve, segundo o artigo 2º do Decreto 43.858, como parâmetro para a ponderação dos serviços e investimentos disponíveis para cada região do Estado. O Idese será novamente abordado no capítulo três.

Semelhantes ao Idese, outros indicadores são utilizados para mensurar a qualidade de vida dos municípios. O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), calculado pela Fundação Seade e a Alesp, utiliza as mesmas dimensões do IDH, porém com algumas especificidades. Em primeiro lugar foi elaborada uma tipologia de municípios que permite identificar, simultaneamente, o padrão de desenvolvimento de determinado município nas três dimensões consideradas. Esse tipo de indicador, apesar de não ser passível de ordenação, permite maior

detalhamento das condições de vida existentes no município, fundamental para o desenho de políticas públicas específicas para áreas com diferentes níveis e padrões de desenvolvimento. (Seade, 2012).

Em segundo lugar, foram incluídas no índice variáveis capazes de apreender mudanças nas condições de vida dos municípios em períodos mais curtos que os dez anos que separam os censos demográficos. Em terceiro foram adotados como base de informações, prioritariamente, os registros administrativos que satisfizessem as condições de qualidade, periodicidade e cobertura, necessárias à produção de um indicador robusto, passível de atualização nos anos entre os censos demográficos e cobrindo todos os municípios do Estado. Portanto apesar de serem as mesmas dimensões do IDH, as variáveis utilizadas pelo IPRS são diferentes. Mais recentemente foram adicionados também dados sobre meio ambiente ao índice.

Já o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) abrange várias dimensões: renda, saúde, educação, habitação e meio ambiente, demografia, segurança, gestão e cultura, desporto e lazer. A Fundação João Pinheiro, que é responsável pelo índice, argumenta que quanto maior for o número de indicadores usados, menores serão as chances de problemas com dados não confiáveis. (Fundação João Pinheiro, 2012).

Outro índice importante é o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Ele acompanha o desenvolvimento de todos os 5.564 municípios brasileiros em três áreas: Emprego e Renda, Educação e Saúde. A vantagem desse índice é que sua metodologia permite determinar, com precisão, se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é causado pela queda dos demais municípios. (FIRJAN, 2012).

Esses índices são importantes na definição das prioridades das políticas sociais e na alocação dos recursos públicos.

Para Jannuzzi (2001, pg.181) “se bem empregados, os Indicadores podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de formas mais competente a análise, formulação e implementação de políticas sociais”.

Portanto, percebe-se a importância das teorias de Desenvolvimento Humano na criação de tais índices. Buscou-se mostrar no capítulo as contribuições de diversos autores a nova concepção de pobreza, não baseada apenas na renda (visão unidimensional), mas na privação de outras capacitações básicas necessárias aos indivíduos (visão multidimensional). A vida de uma pessoa

não melhora apenas com incremento de renda, e, nesse sentido, os índices desenvolvidos ajudam a mostrar outros aspectos na análise da pobreza.

Abordado o referencial teórico do trabalho, o próximo capítulo trará um perfil dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, apresentando sua nova composição, a partir dos desmembramentos municipais ocorridos ao longo do período de análise, e apresentando alguns aspectos econômicos, que possam auxiliar na compreensão dos resultados de comparação do Idese entre 2000 e 2009, analisado no capítulo três.

2 COREDES

O objetivo deste capítulo é apresentar a formação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Serão apresentadas algumas características econômicas dos Coredes, que estão englobados pelas nove Regiões Funcionais de Planejamento, e também os municípios criados ou instalados entre 2000 e 2010 e em que Coredes eles foram inseridos.

2.1 Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes)

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) foram criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de Outubro de 1994. O lançamento das bases para o seu surgimento ocorreu através do processo de regionalização e descentralização da ação governamental ocorrido no Rio Grande do Sul. O Art. 167 da Constituição Estadual de 1989 estabelece “que a definição das diretrizes globais, regionais e setoriais da política de desenvolvimento caberá a órgão específico, com representação paritária do governo do Estado e da sociedade civil [...]” (Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, 1989). Segundo Bandeira (2011, pg.221):

A institucionalização dos Coredes completou-se em setembro de 1994, quando após dois anos de debates e negociações na Assembleia Legislativa foi aprovada a Lei estadual n. 10.283, de 17/10/94, que define as atribuições dos Conselhos Regionais. Essa Lei foi posteriormente regulamentada pelo Decreto 35.764, de 28/12/94. Os próprios dirigentes dos Coredes tiveram papel destacado na aprovação da Lei, pois a administração estadual da época, cujo mandato já estava próximo de encerrar-se, havia perdido o interesse pelo tema.

Os Coredes são divididos em nove Regiões Funcionais de Planejamento. Essa regionalização foi definida através do Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do Rio Grande do Sul, com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e na adequação das variáveis correspondentes para identificação das polarizações, ou seja, do emprego, das viagens por tipo de transporte, da rede urbana, da saúde e da educação superior.

Segundo Bandeira (2011, pg.216) “a politização do tema das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul foi um dos principais fatores que abriram espaço para o surgimento e para a continuidade da atuação dos Coredes”.

A definição no número de Conselhos que seriam criados foi realizada de maneira bastante flexível, buscando respeitar a autonomia das comunidades na escolha do Corede, desde que essa

escolha não violasse uma continuidade territorial desejada. As Associações Municipais desempenharam um papel importante nesse processo, lideradas por pessoas geralmente reconhecidas em âmbito local e regional, mas foram as universidades as principais mobilizadoras desse processo.

Os Coredes possuem uma Assembleia Geral Regional, um Conselho de Representantes, Comissões Setoriais e uma Diretoria Executiva.

Para Veiga (2006, pg.24) a principal missão dos Coredes seria “elaborar projetos consistentes que pudessem ser objetos de negociações para a implantação de estratégias de desenvolvimento regional”.

Segundo Oliveira (2001, pg.22) “os argumentos levantados a favor da desconcentração, da descentralização político-administrativa e da integração regional pelo Estado estão no artigo 3º da Lei Estadual n.º 10283/94 que lhes confere as seguintes atribuições”:

I – promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades para a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento integrado da região;

II – elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional;

III – manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, pela valorização da ação política;

IV – constituir-se em instância de regionalização do orçamento do Estado, conforme estabelece o artigo 149, parágrafo 8º da Constituição do Estado;

V – orientar e acompanhar, de forma sistemática, o desempenho das ações dos governos estadual e federal em cada região;

VI – respaldar as ações do Governo do Estado na busca de maior participação nas decisões nacionais.

Para Bandeira (2011) instituições desse tipo contribuem no processo de renovação da gestão pública brasileira. Isso acontece através da promoção de um grau maior de descentralização do planejamento e gestão, por meio da implantação de novas instâncias territoriais intermediárias entre estados e municípios. Além disso, pode contribuir para aumentar a transparência de decisões governamentais relevantes para o desenvolvimento regional.

Porém, para Veiga (2006, pg.22) a experiência dos Conselhos “não está dando liga”. Segundo o autor (2006, pg.22):

A primeira questão que merece ser discutida tem a ver com a escala. Isto é, com a abrangência espacial e político-administrativa das regiões representadas pelos COREDE. Alguns chegam a reunir mais de 30 municípios, o que por si só já cria imensas dúvidas sobre a possibilidade de engendrar uma elaboração coletiva democrática e realmente participativa de um projeto de território. Pior, há casos de óbvia tensão entre pelo menos duas sub-regiões (na verdade regiões), como demonstra a sobrevivência das respectivas associações de municípios.

Para Bandeira (2011) o ponto negativo dos Coredes tem sido o fato dos Conselhos não terem conseguido mobilizar apoio suficiente para pressionar no sentido de que o Estado avançasse mais rapidamente na implantação de um modelo completo e abrangente de governança regional. Não houve grandes avanços na adoção de providências indispensáveis para uma atuação organizada e articulada do poder público sobre o território. Porém, o autor (2011, pg.246) salienta que:

Apesar das dificuldades, os Coredes têm alcançado alguns resultados positivos. Prova disso é o fato de terem conseguido ultrapassar quinze anos de atuação contínua, que compreendem cinco administrações estaduais de partidos diferentes. Em um país onde as inovações institucionais deste tipo não costumam ser longevas, os Conselhos já teriam desaparecido há muito tempo se os resultados da sua atuação não fossem percebidos como relevantes pela comunidade.

Atualmente existem 496 municípios no Rio Grande do Sul divididos nos vinte e oito Coredes, que por sua vez estão também divididos em nove Regiões Funcionais de Planejamento.

Quadro 1 - Relação dos municípios pertencentes aos Corede

Corede	Municípios
ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	Alto Alegre, Barros Cassal, Campos Borges, Espumoso, Fontoura Xavier, Gramado Xavier, Ibirapuitã, Itapuca, Jacuizinho, Lagoão, Mormaço, Nicolau Vergueiro, São José do Herval, Soledade, Tio Hugo, Victor Graeff
ALTO JACUÍ	Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Colorado, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Selbach, Tapera
CAMPANHA	Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul

continua...

...continuação

Corede	Municípios
CAMPOS DE CIMA DA SERRA	André da Rocha, Bom Jesus, Campestre da Serra, Esmeralda, Ipê, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São José dos Ausentes, Vacaria
CELEIRO	Barra do Guarita, Bom Progresso, Braga, Campo Novo, Chiapetta, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Inhacorá, Miraguaí, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, ,Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos, Vista Gaúcha
CENTRAL	Agudo, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jari, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Santa Maria, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi, Tupanciretã
CENTRO-SUL	Arambaré, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Butiá, Camaquã, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Chувиска, Cristal, Dom Feliciano, Mariana Pimentel, Minas do Leão, São Jerônimo, Sentinela do Sul, Sertão Santana, Tapes
FRONTEIRA NOROESTE	Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva, Tuparendi
FRONTEIRA OESTE	Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel, Uruguaiana
HORTÊNSIAS	Cambará do Sul, Canela, Gramado, Jaquirana, Nova Petrópolis, Picada Café, São Francisco de Paula
JACUÍ-CENTRO	Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Restinga Seca, São Sepé, Vila Nova do Sul
LITORAL	Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Xangri-lá

continua...

...continuação

Corede	Municípios
MÉDIO ALTO URUGUAI	Alpestre, Ametista do Sul, Caiçara, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Erval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Iraí, Nonoai, Novo Tiradentes, Palmitinho, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Seberi, Taquaruçu do Sul, Trindade do Sul, Vicente Dutra, Vista Alegre
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	Alvorada, Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo, Viamão
MISSÕES	Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesesseis de Novembro, Entre-ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama, Vitória das Missões
NORDESTE	Água Santa, Barracão, Cacique Doble, Capão Bonito do Sul, Caseiros, Ibiacá, Ibiraiaras, Lagoa Vermelha, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Paim Filho, Sananduva, Santa Cecília do Sul, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga, São José do Ouro, Tapejara, Tupanci do Sul, Vila Lângaro
NOROESTE COLONIAL	Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuípe, Condor, Coronel Barros, Ijuí, Jóia, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara
NORTE	Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebangó, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Sertão, Severiano de Almeida, Três Arroios, Viadutos
PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	Igrejinha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Parobé, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, Santa Maria do Herval, Taquara, Três Coroas
PRODUÇÃO	Almirante Tamandaré do Sul, Camargo, Carazinho, Casca, Ciríaco, Coqueiros do Sul, Coxilha, David Canabarro, Ernestina, Gentil, Marau, Mato Castelhanó, Muliterno, Nova Alvorada, Passo Fundo, Pontão, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, São Domingos do Sul, Vanini, Vila Maria

continua...

...continuação

Corede	Municípios
RIO DA VÁRZEA	Barra Funda, Boa Vista das Missões, Cerro Grande, Chapada, Constantina, Engenho Velho, Jaboticaba, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Novo Xingu, Palmeira das Missões, Ronda Alta, Rondinha, Sagrada Família, São José das Missões, São Pedro das Missões, Sarandi, Três Palmeiras
SERRA	Antônio Prado, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Coronel Pilar, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guabiju, Guaporé, Montauri, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Paraí, Protásio Alves, Santa Tereza, São Jorge, São Marcos, São Valentim do Sul, Serafina Corrêa, União da Serra, Veranópolis, Vila Flores, Vista Alegre do Prata
SUL	Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares, Turuçu
VALE DO CAÍ	Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi, Vale Real
VALE DO JAGUARI	Cacequi, Capão do Cipó, Jaguarí, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul, Unistalda
VALE DO RIO DOS SINOS	Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul
VALE DO RIO PARDO	Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires, Vera Cruz
VALE DO TAQUARI	Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Ilópolis, Imigrante, Lajeado, Marques de Souza, Muçum, Nova Bréscia, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sério, Tabaí, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Vespasiano Correa, Westfalia

Fonte: SEPLAG (2010). Elaboração própria.

2.2 Desmembramentos municipais no longo do período analisado

A importância da análise dos desmembramentos municipais ocorridos entre 2000 e 2009 se coloca no fato de saber em que Coredes tais municípios foram inseridos e de que cidades foram emancipados. Além disso, é importante ressaltar que tais municípios foram instalados apenas em 2001 e por isso não tiveram o Idese calculado no ano 2000.

Durante o período de análise, ocorreram vinte e nove desmembramentos em municípios do Rio Grande do Sul. Os novos municípios criados foram: Aceguá, Almirante Tamandaré do Sul, Arroio do Padre, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Bozano, Canudos do Vale, Capão Bonito do Sul, Capão do Cipó, Coqueiro Baixo, Coronel Pilar, Cruzaltense, Forquetinha, Itati, Jacuizinho, Lagoa Bonita do Sul, Mato Queimado, Novo Xingu, Paulo Bento, Pedras Altas, Pinhal da Serra, Quatro Irmãos, Rolador, Santa Cecília do Sul, Santa Margarida do Sul, São José do Sul, São Pedro das Missões, Tio Hugo e Westfalia. Todos eles foram criados por Lei Estadual no dia 16 de abril de 1996, mas foram implementados como municípios apenas em 2001.

Eles foram inseridos nos vinte e oito Coredes, que por sua vez estão agrupados em nove regiões funcionais de planejamento. No Quadro 2 estão listados os municípios criados durante o período de análise, especificando a Lei de criação e o município de origem. Depois serão apresentados dados populacionais ¹, algumas questões históricas de formação e outras informações relevantes.

¹ População, de acordo com a FEE, referente ao ano de 2011.

Quadro 2 – Relação de municípios emancipados entre 2000 e 2009 no Rio Grande do Sul

Município	Lei	Origem
Aceguá	Lei nº. 10766	Bagé
Almirante Tamandaré do Sul	Lei nº. 10737	Carazinho
Arroio do Padre	Lei nº. 10738	Pelotas
Boa Vista do Cadeado	Lei nº. 10739	Cruz Alta, Ijuí, Augusto Pestana
Boa Vista do Incra	Lei nº. 10740	Cruz Alta, Fortaleza dos Valos
Bozano	Lei nº. 10741	Ijuí
Canudos do Vale	Lei nº. 10755	Lajeado, Progresso
Capão Bonito do Sul	Lei nº. 10742	Lagoa Vermelha
Capão do Cipó	Lei nº. 10743	Santiago, São Miguel das Missões, Tupanciretã
Coqueiro Baixo	Lei nº. 10765	Nova Bréscia, Relvado
Coronel Pilar	Lei nº. 10744	Garibaldi, Roca Sales
Cruzaltense	Lei nº. 10745	Campinas do Sul
Forquetinha	Lei nº. 10756	Lajeado
Itati	Lei nº. 10746	Terra de Areia
Jacuizinho	Lei nº. 10757	Salto do Jacuí, Espumoso
Lagoa Bonita do Sul	Lei nº. 10758	Sobradinho
Mato Queimado	Lei nº. 10747	Caibaté
Novo Xingu	Lei nº. 10759	Constantina
Paulo Bento	Lei nº. 10762	Erechim, Jacutinga, Ponte Preta, Barão de Cotegipe
Pedras Altas	Lei nº. 10760	Pinheiro Machado, Herval
Pinhal da Serra	Lei nº. 10748	Esmeralda
Quatro Irmãos	Lei nº. 10761	Erechim, Jacutinga
Rolador	Lei nº. 10750	São Luiz Gonzaga
Santa Cecília do Sul	Lei nº. 10763	Tapejara, Água Santa, Caseiros, Ibiaçá
Santa Margarida do Sul	Lei nº. 10751	São Gabriel
São José do Sul	Lei nº. 10752	Salvador do Sul, Montenegro, Maratá
São Pedro das Missões	Lei nº. 10753	Palmeira das Missões
Tio Hugo	Lei nº. 10764	Victor Graeff, Ernestina, Ibirapuitã
Westfália	Lei nº. 10754	Teutônia, Imigrante

Fonte: FEE (2012). Elaboração própria

O município de São José do Sul possui 2.095 habitantes e foi inserido ao Corede Vale do Caí, Região Funcional 1. Originalmente denominada Dom Diogo, a cidade desenvolveu-se aproximadamente a partir de 1850, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães.

Os municípios de Lagoa Bonita do Sul, Canudos do Vale, Coqueiro Baixo, Forquetinha e Westfália pertencem a Região Funcional 2. Lagoa Bonita do Sul possui 2.673 habitantes e foi inserida ao Corede Vale do Rio Pardo. Na região do Alto Rio Pardo, no início do século passado,

ocorreram as primeiras incursões jesuíticas e seus aldeamentos. A cidade era local de passagem entre os municípios de Cachoeira e Soledade. Devido a sua localização, iniciou-se o processo de colonização, primeiramente com imigrantes alemães provenientes do Vale do Rio Pardo e depois com imigrantes italianos vindos da região de Caxias do Sul e Bento Gonçalves.

Os municípios de Canudos do Vale, Coqueiro Baixo, Forquetinha e Westfalia foram inseridos ao Corede Vale do Taquari. O município de Canudos do Vale está a 146 Km de Porto Alegre. Com 1.800 habitantes, é um município basicamente agrícola, baseado em um sistema de minifúndios. Sua colonização aconteceu a partir de 1800 através de imigrantes alemães. Em 1917 chegaram os imigrantes italianos.

A cidade de Coqueiro Baixo possui 1.518 habitantes, dos quais 70% residem na zona rural e apenas 30% na zona urbana. A economia local baseia-se no setor primário, destacando-se no setor agrícola as culturas de milho, feijão, fumo e produtos de subsistência familiar. Na pecuária destaca-se o setor avícola com a produção de frangos de corte. (IBGE, 2012)

Forquetinha é um município localizado a 135 km de Porto Alegre com 2.468 habitantes, 98% deles descendentes de imigrantes alemães. A cidade é basicamente formada por pequenas propriedades rurais. A economia é baseada na agropecuária, se destacando a suinocultura, avicultura, produção leiteira, cultivo do milho e fumo. No setor secundário se destacam as indústrias de vestuário.

Westfalia é um município predominantemente rural, representando 60% da população de 2.800 habitantes. A economia é baseada na produção primária, com destaque para a produção leiteira, a suinocultura, a avicultura de corte e a avicultura de postura. O município ainda possui outros setores complementares, que suprem a necessidade da população e proporcionam novas alternativas econômicas. (IBGE, 2012)

Pinhal da Serra e Coronel Pilar pertencem a Região Funcional 3. Pinhal da Serra foi inserido no Corede Campos de Cima da Serra. Situada a 326 Km da Capital do Estado, possui uma população de 2.119 habitantes. As principais fontes econômicas do município são a agricultura, a pecuária e a produção de energia. Na agricultura a produção de feijão, milho, trigo e o cultivo de soja merecem destaque, além da agricultura familiar. Na pecuária, a atividade tradicional é a pecuária de corte. Já na produção de energia elétrica, a Usina Hidrelétrica de Barra Grande, que está em funcionamento desde 2004, gera 690 MWt e é a segunda mais alta do Brasil com 185 metros de altura. (IBGE, 2012)

Coronel Pilar foi inserido ao Corede Serra. Com uma população de 1.714 habitantes, o município possui a menor população urbana do Brasil, com apenas 174 habitantes, de acordo com o Censo 2010 divulgado pelo IBGE.

A cidade de Itati possui 2.573 habitantes e foi inserida ao Corede Litoral, Região Funcional 4.

As cidades de Arroio do Padre e Pedras Altas pertencem à Região Funcional 5. Ambas foram inseridas ao Corede Sul.

A cidade de Arroio do Padre possui 2.737 habitantes. Na economia predomina o setor primário, com a produção de tabaco, milho e verduras. A pecuária leiteira também merece destaque. Pedras Altas está situada a 410 Km de Porto Alegre e herdou seu nome da própria região, devido às pedras existentes a uns três quilômetros da localidade. A cidade possui 2.205 habitantes.

Aceguá e Santa Margarida do Sul foram inseridas na Região Funcional 6. Aceguá pertence ao Corede Campanha. É um município situado a 60 Km de Bagé, seu município de origem. Sua população é de 4.419 pessoas. O nome do município é de origem indígena e significa “local de descanso eterno”. Deduz-se que pela sua localização, o local era utilizado pelos índios para sepultar seus mortos.

Santa Margarida do Sul pertence ao Corede Fronteira Oeste. Com 2.360 habitantes, a economia de Santa Margarida do Sul baseia-se principalmente na agropecuária. O setor primário do município possui várias alternativas, principalmente na agricultura. A soja e arroz, seguidos do trigo, cevada e painço são as principais culturas da cidade.

Mato Queimado, Rolador e Bozano fazem parte da Região Funcional 7. As duas primeiras foram inseridas ao Corede Missões. Mato Queimado possui 1.789 habitantes. O município está localizado a 489 Km de Porto Alegre. O município de Rolador possui uma população de 2.531 habitantes. A cidade situa-se na histórica região das Missões Orientais do Uruguai, onde os índios começaram a ser catequizados em 1636 pelos padres da Companhia de Jesus, na área localizada entre os rios Piratini e Ijuí.

Bozano foi inserido ao Corede Noroeste Colonial. Situado a 380 Km de Porto Alegre, o município possui 2.192 habitantes. Sua economia é basicamente agrícola, destacando-se a produção de soja, trigo, milho, feijão e aveia. Além disso, merece destaque a produção bovina,

aviária, ovinos, suínos e a piscicultura com aproximadamente 250 açudes produzindo 40 toneladas de peixe por ano.

Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra e Capão do Cipó pertencem à Região Funcional 8. As duas primeiras foram inseridas ao Corede Alto Jacuí.

Boa Vista do Cadeado possui 2.440 habitantes. A área do município foi uma fração de terras do Brasil imperial e Distrito mais antigo das missões. Sua tradição histórica foi marcada pelas lutas entre os colonizadores portugueses e espanhóis na disputa pelo continente. Já Boa Vista do Incra tem 2.436 habitantes.

Capão do Cipó foi inserido ao Corede Vale do Jaguari. Hoje a sua população de 3.132 habitantes é uma miscigenação de índios, negros e imigrantes europeus, sendo que a cidade conta com quatro assentamentos rurais.

Jacuizinho, Tio Hugo, Capão Bonito do Sul, Santa Cecília do Sul, Cruzaltense, Paulo Bento, Quatro Irmãos, Almirante Tamandaré do Sul, Novo Xingu e São Pedro das Missões foram inseridos na Região Funcional 9.

Jacuizinho e Tio Hugo pertencem ao Corede Alto da Serra do Botucarái.

A cidade de Jacuizinho foi colonizada no ano de 1877, quando vieram para a localidade as famílias descendentes de açorianos, alemães, espanhóis, italianos e negros. Essas famílias partiram de cidades vizinhas, como Santa Cruz do Sul, Cruz Alta, Soledade e Cachoeira do Sul. A cidade possui 2.515 habitantes.

Tio Hugo é conhecido pela sua posição privilegiada entre os municípios da região. O entroncamento rodoviário da cidade é um dos três que ligam a região com o Brasil e com o MERCOSUL. Estima-se que circulam mais de 10 toneladas de grãos em cada safra pelas estradas que cortam a cidade. Sua população é de 2.741 habitantes.

Capão Bonito do Sul e Santa Cecília do Sul pertencem ao Corede Nordeste. Capão Bonito do Sul possui 1.747 habitantes. A cidade, localizada a 215 Km de Porto Alegre, possui sua economia baseada fortemente no setor primário. Destaca-se na plantação de soja, milho, trigo, feijão, canola e outras. Merece destaque também a pecuária.

Santa Cecília do Sul possui 1.653 habitantes. A cidade era povoada por caboclos e índios até o ano de 1900 aproximadamente.

Cruzaltense, Paulo Bento e Quatro Irmãos pertencem ao Corede Norte. Cruzaltense possui 2.124 habitantes. Já Paulo Bento possui 2.196 habitantes.

Com 1.779 habitantes, Quatro Irmãos desenvolveu-se principalmente devido a abundância da araucária. A exploração da madeira deu condições para a criação de fábricas de celulose, fábrica de azeite, cinemas e hotéis, proporcionando grandes atrativos nas áreas de lazer e comércio à cidade.

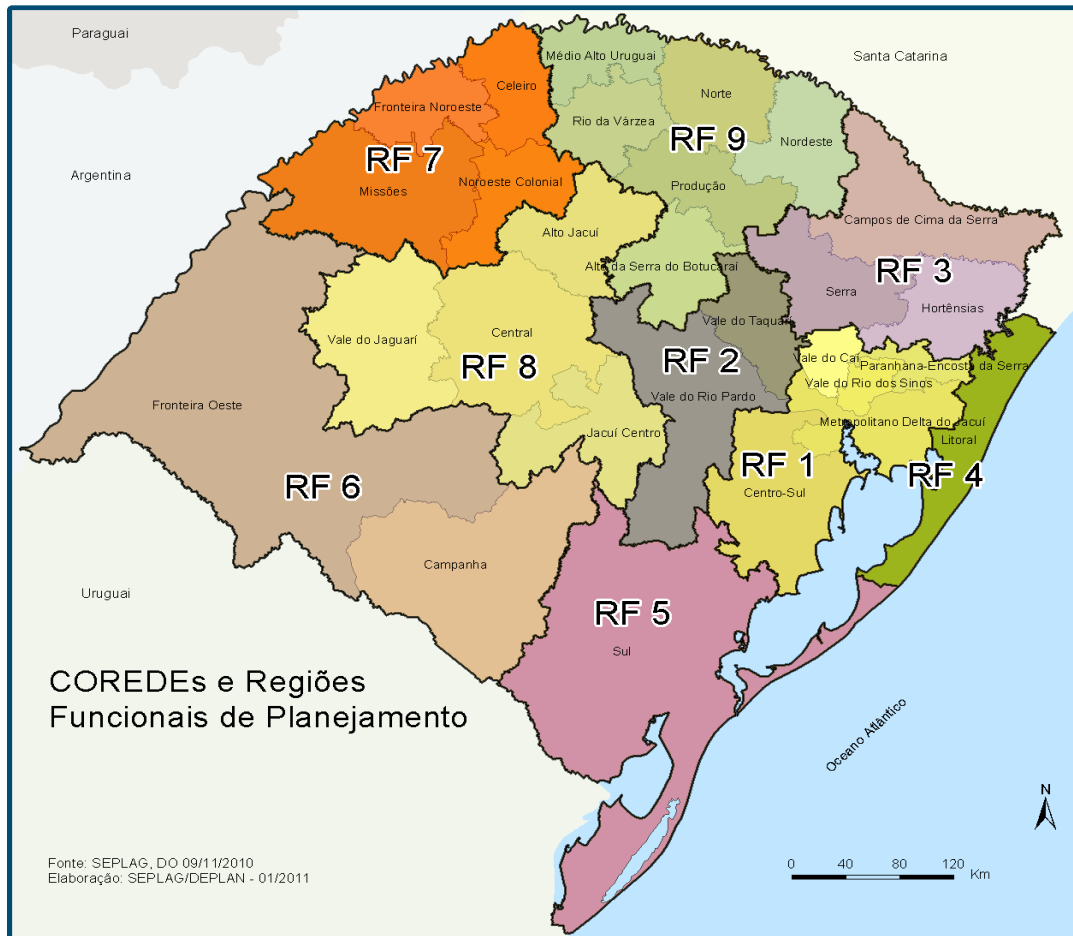
Almirante Tamandaré do Sul fica a 314 Km de Porto Alegre. Possui uma população de 2.067 pessoas e foi inserido no Corede Produção. A história da cidade tem início em 1914 com a chegada dos primeiros colonizadores. Seu nome é uma homenagem ao patrono da Marinha de Guerra do Brasil, Joaquim Marques Lisboa, o Almirante Tamandaré. O município é composto basicamente por descendentes de alemães e italianos.

Novo Xingu e São Pedro das Missões pertencem ao Corede Rio da Várzea. A cidade de Novo Xingu possui 1.757 habitantes. São Pedro das Missões tem 1.886 habitantes e recebeu esse nome devido ao padroeiro da igreja católica localizada no distrito, São Pedro. Já das Missões é porque o município origina-se de Palmeira das Missões.

2.3 Perfil das Regiões Funcionais de Planejamento e dos Coredes

De acordo com o diário oficial do Estado do Rio Grande do Sul, os 28 Coredes estão divididos em nove Regiões Funcionais. O Mapa 1 mostra a localização dessas regiões funcionais e seus respectivos Coredes.

Mapa 1: Regiões Funcionais de Planejamento e Coredes

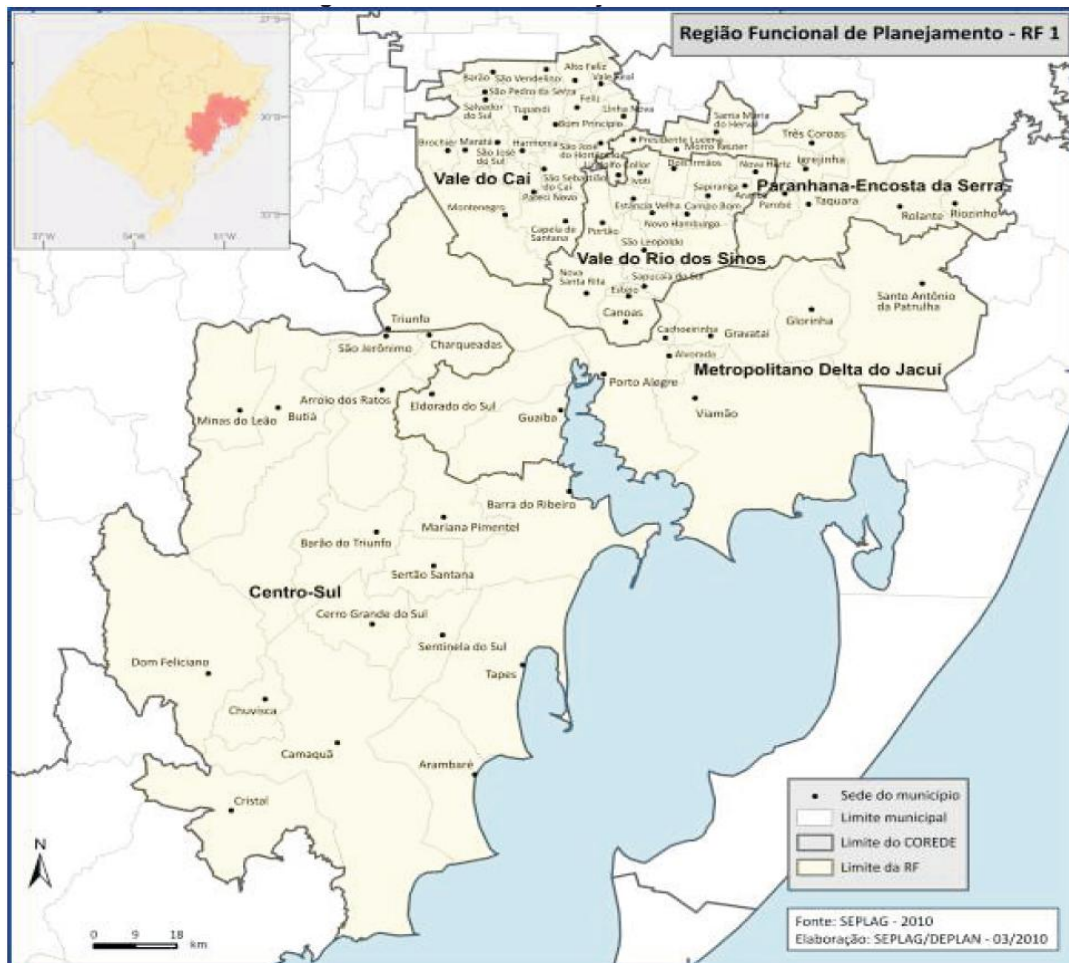


Fonte: SEPLAG/DEPLAN (2011)

A Região Funcional 1, formada pelos Coredes Centro Sul, Paranhana Encosta da Serra, Vale do Caí, Vale do Rio dos Sinos e Metropolitano Delta do Jacuí é caracterizado por agrupar municípios de características metropolitanas. Pelo menos um município de cada Corede faz parte da Região Metropolitana de Porto Alegre. Segundo a Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG, 2010, pg.5), “a Região Funcional concentra as principais funções de serviços especializados e da indústria gaúcha; tem os mais fortes carregamentos em viagens; conta com as mais densas redes de transportes; mantém fortes correlações em empregos, rede urbana, infraestrutura de comunicações, universidades, centros de pesquisa e serviços de saúde; e seus municípios apresentam tendências de continuidade urbana, também conhecidas como conurbações”.

Essa região (Mapa 2) concentra aproximadamente 41% da população e é responsável por 46% do PIB estadual. Dessa porcentagem, o Corede Metropolitano Delta do Jacuí é responsável por 26,4% do PIB, seguido pelo Corede Vale do Rio dos Sinos, com 14,2%. Porém, cabe destacar que houve um encolhimento no Corede Metropolitano Delta do Jacuí, ocasionando uma retração na participação deste no PIB de 2006 para 2008. Segundo a SEPLAG, é necessário um estudo mais aprofundado desse acontecimento para avaliar o seu significado e se é uma tendência de longo prazo.

Mapa 2: Região Funcional de Planejamento 1



Fonte: SEPLAG/DEPLAN (2010)

Outros aspectos importantes da Região Funcional é a sua capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico, obtidos pela presença de importantes universidades na região. Polariza as demais regiões em aspectos econômicos, demográficos e culturais, mas apresenta

grandes desigualdades internas, concentração de habitações inadequadas e migrantes de baixa escolaridade. Outro ponto é que o crescimento desordenado da Região Metropolitana de Porto Alegre tem causado uma preocupação e necessitado de cuidados especiais. Por fim, merece destaque os gargalos de infraestrutura da região, que dificultam a ligação com a Serra e o Sul do Estado.

Na Tabela 1 são apresentados alguns dados econômicos importantes de cada Corede para uma análise mais detalhada da sua representatividade na Região Funcional 1.

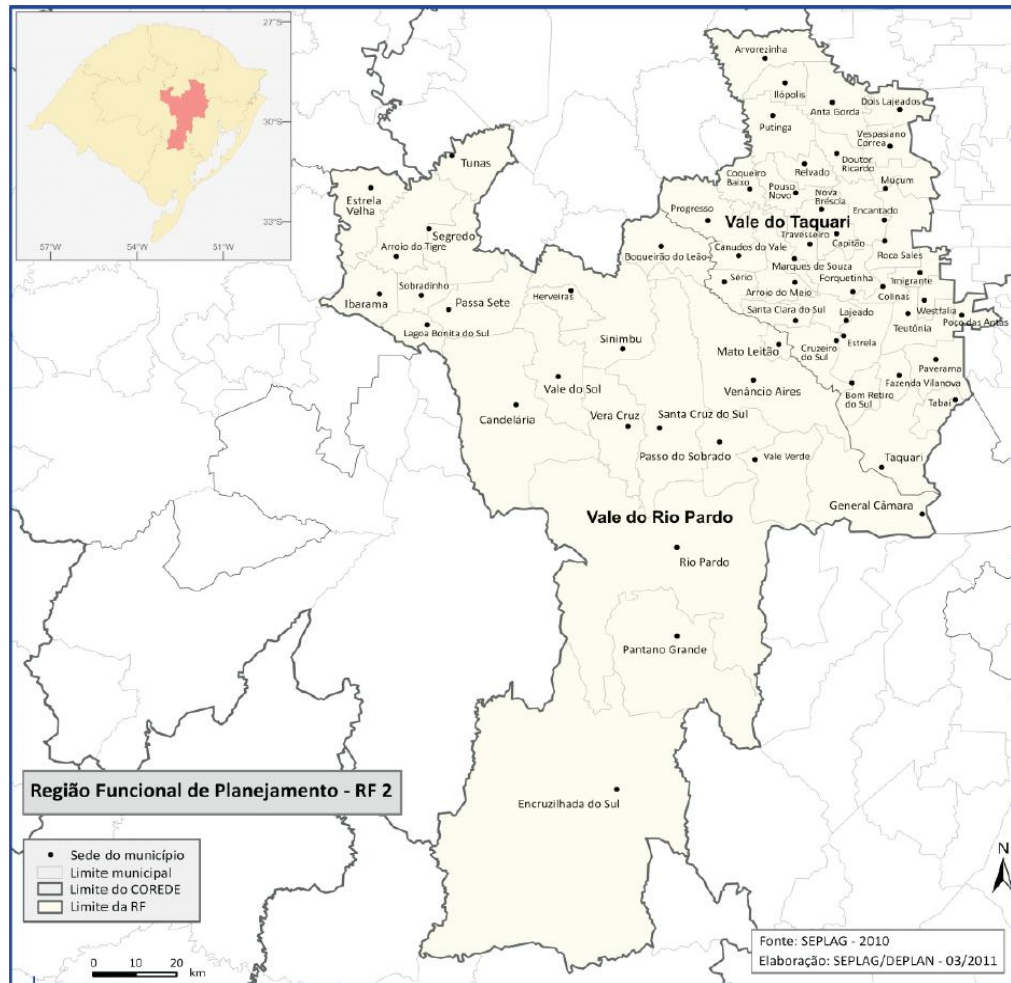
Tabela 1: Dados econômicos dos Coredes da Região Funcional de Planejamento 1

	Corede Centro Sul	Corede Metropolitano Delta do Jacuí	Corede Paranhana Encosta da Serra	Corede Vale do Caí	Corede Vale do Rio dos Sinos
População (2011)	254.524 hab.	2.431.060 hab.	206.355 hab.	170.659 hab.	1.298.362 hab.
PIB per capita (2009)	R\$ 13.941	R\$ 23.322	R\$ 13.124	R\$ 18.378	R\$ 33.518
Atividade Econômica	Siderúrgica, sucatas	Petroquímica	Calçados	Produtos de origem animal, calçados.	Petroquímica, calçados, máquinas e tratores.
Exportações Totais (2010)	U\$ FOB 72.954.613	U\$ FOB 3.637.346.609	U\$ FOB 204.538.335	U\$ FOB 944.294.865	U\$ FOB 2.343.973.998

Fonte: FEE (2009, 2010, 2011); SEPLAG/DEPLAN (2010). Elaboração própria.

A Região Funcional 2 (Mapa 3) é formada pelos Coredes Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo. Essa região ocupa 17% do território gaúcho, acolhe 6,5% da população do Estado e representa 7% do PIB do Rio Grande do Sul segundo a SEPLAG (2010).

Mapa 3: Região Funcional de Planejamento 2



Fonte: SEPLAG/DEPLAN (2011)

Analisando a Tabela 2, observa-se que os dois Coredes apresentam algumas características semelhantes.

Tabela 2: Dados econômicos dos Coredes da Região Funcional de Planejamento 2

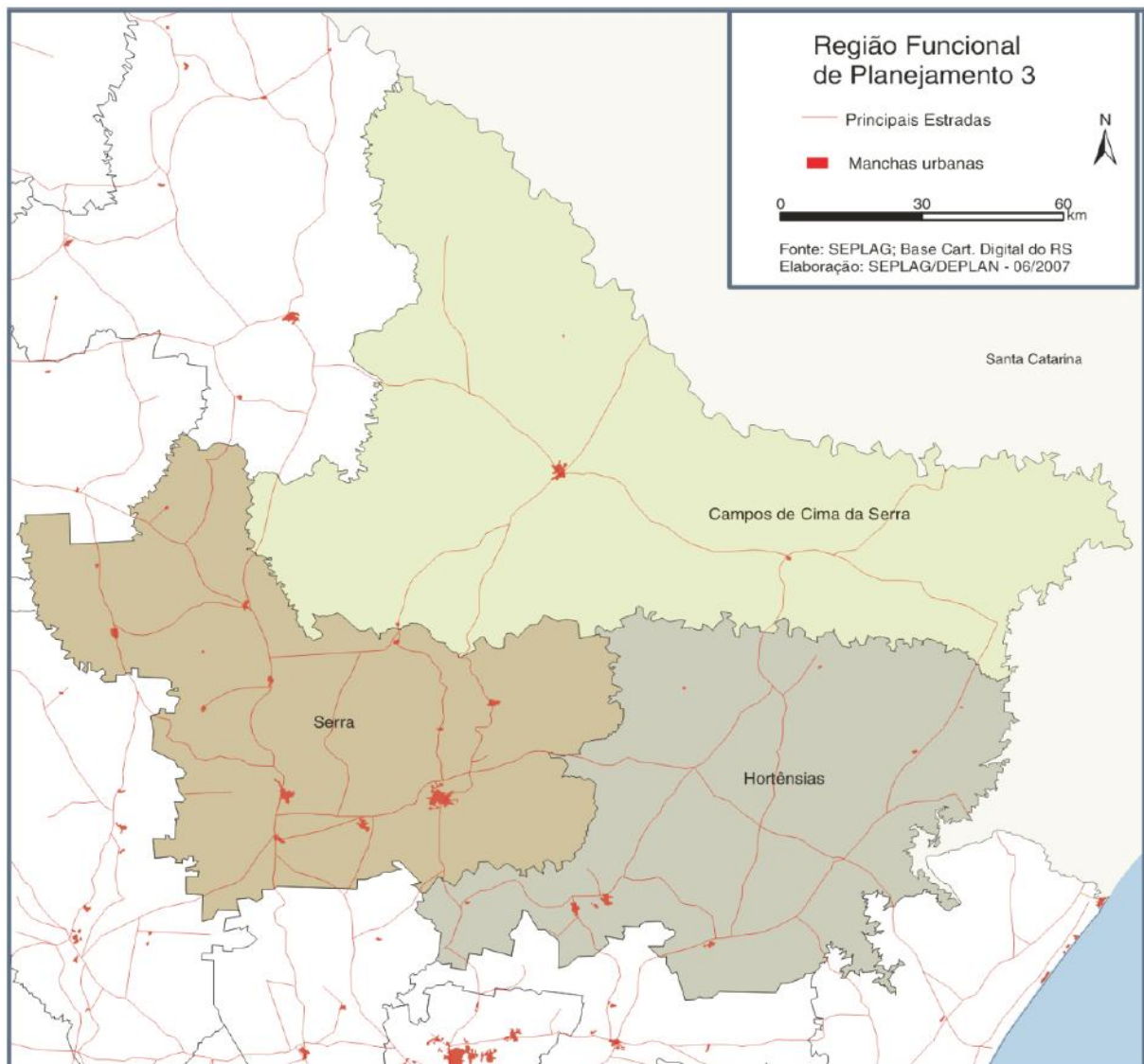
	Corede Vale do Taquari	Corede Vale do Rio Pardo
População (2011)	329.258 hab.	419.609 hab.
PIB per capita (2009)	R\$ 19.033	R\$ 21.312
Atividade Econômica	Setor Agrícola: Fumo, milho, arroz e soja	
Exportações Totais (2010)	US\$ FOB 412.178.518	US\$ FOB 1.755.753.339

Fonte: FEE (2009, 2010, 2011); SEPLAG/DEPLAN (2010). Elaboração própria.

Ambos têm o setor de base agrícola como principal atividade econômica. O fumo é cultivado por toda a região, porém a grande dependência desse produto causa preocupação por causa, principalmente, das restrições impostas mundialmente ao tabaco.

Os Coredes Serra, Hortênsias e Campos de Cima da Serra pertencem a Região Funcional 3 (Mapa 4). Essa região tem no turismo um estreito elo de interação, com fortes inter-relações nos empregos, acesso a universidades e centros de pesquisa, migrações e acesso à saúde. A base econômica diversificada e integrada permite a essa região atender um amplo e heterogêneo mercado, diminuindo também a sua vulnerabilidade a crises setoriais.

Mapa 4: Região Funcional de Planejamento 3



Fonte: SEPLAG/DEPLAN (2007)

Com aproximadamente 10% da população total do Estado, representa 12,9% do PIB do Rio Grande do Sul. Com um potencial de médio a baixo para uso agrícola e fortes restrições ambientais, concentra sua força em polos consolidados de produção industrial, de prestação de serviços e de atividade primária.

Tabela 3: Dados econômicos dos Coredes da Região Funcional de Planejamento 3

	Corede Hortênsias	Corede Serra	Corede Campos de Cima da Serra
População	127.752 hab.	869.509 hab.	98.361 hab.
PIB per capita (2009)	R\$ 13.969	R\$ 26.647	R\$ 17.548
Atividade Econômica	Produção e processamento de grãos, produção de leite e de carnes, aves, suínos, fruticultura, segmento moveleiro e metal mecânico, turismo.		
Exportações Totais (2010)	U\$ FOB 35.034.801	U\$ FOB 1.551.878.464	U\$ FOB 41.402.816

Fonte: FEE (2009, 2010, 2011); SEPLAG/DEPLAN (2010). Elaboração própria.

A Região Funcional 4 é formada pelo Corede Litoral. Essa região tem como principal atividade econômica o turismo, mesmo considerando sua sazonalidade.

Tabela 4: Dados econômicos dos Coredes da Região Funcional de Planejamento 4

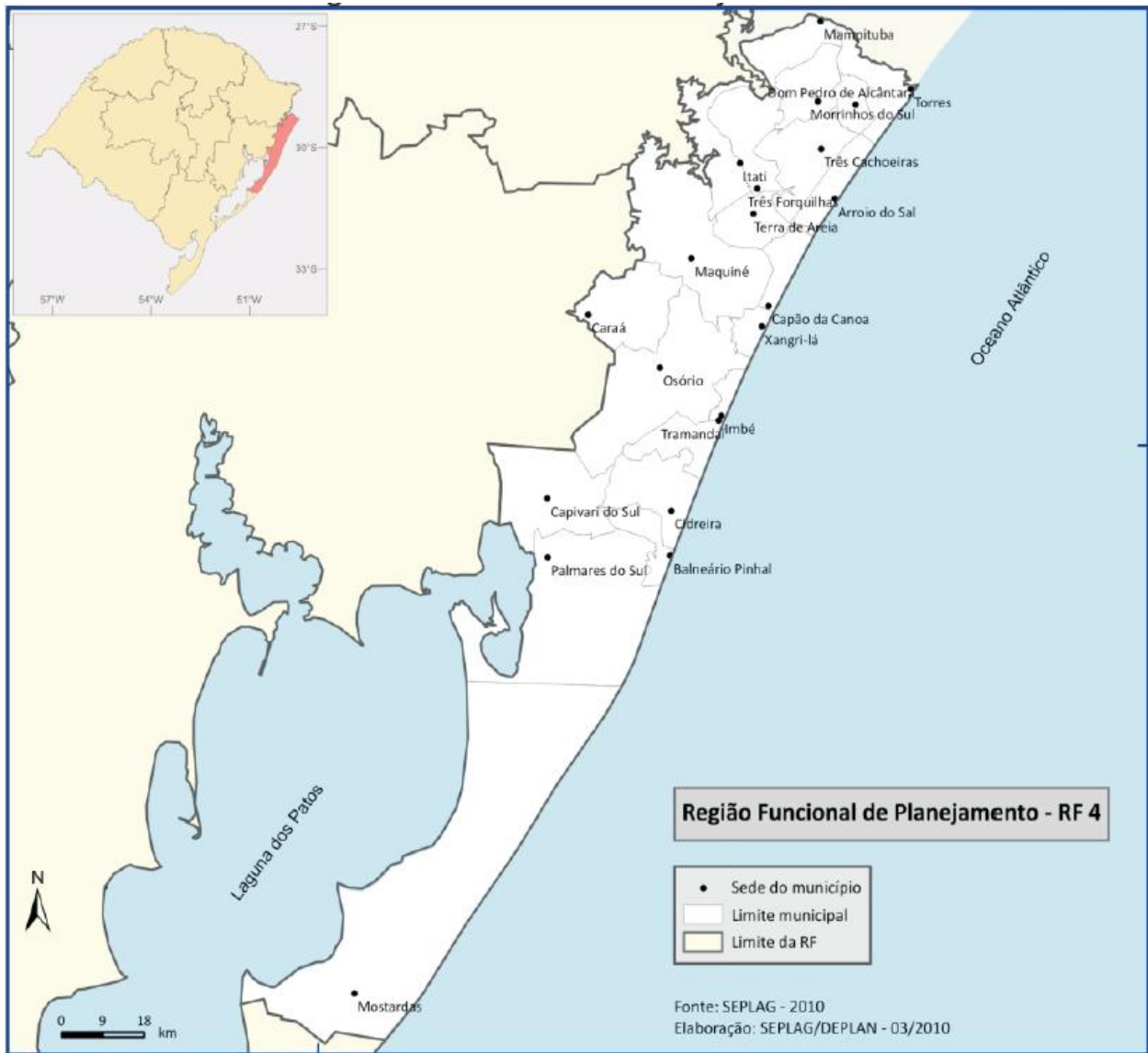
	Corede Litoral
População (2011)	298.653 hab.
PIB per capita (2009)	R\$ 11.488
Atividade Econômica	Turismo
Exportações Totais (2010)	U\$ FOB 11.293.561

Fonte: FEE (2009, 2010, 2011); SEPLAG/DEPLAN (2010). Elaboração própria.

O PIB da Região Funcional 4 representa 1,8% do PIB total do Estado. A região concentra 2,7% da população do Rio Grande do Sul, sendo que nos meses de verão, por causa do turismo, a população visitante passa de um milhão, o triplo da população permanente.

Além do turismo, a região apresenta um potencial médio e baixo para a agricultura e fortes restrições ambientais. Possui polos consolidados de produção industrial, de prestação de serviços e de atividade primária.

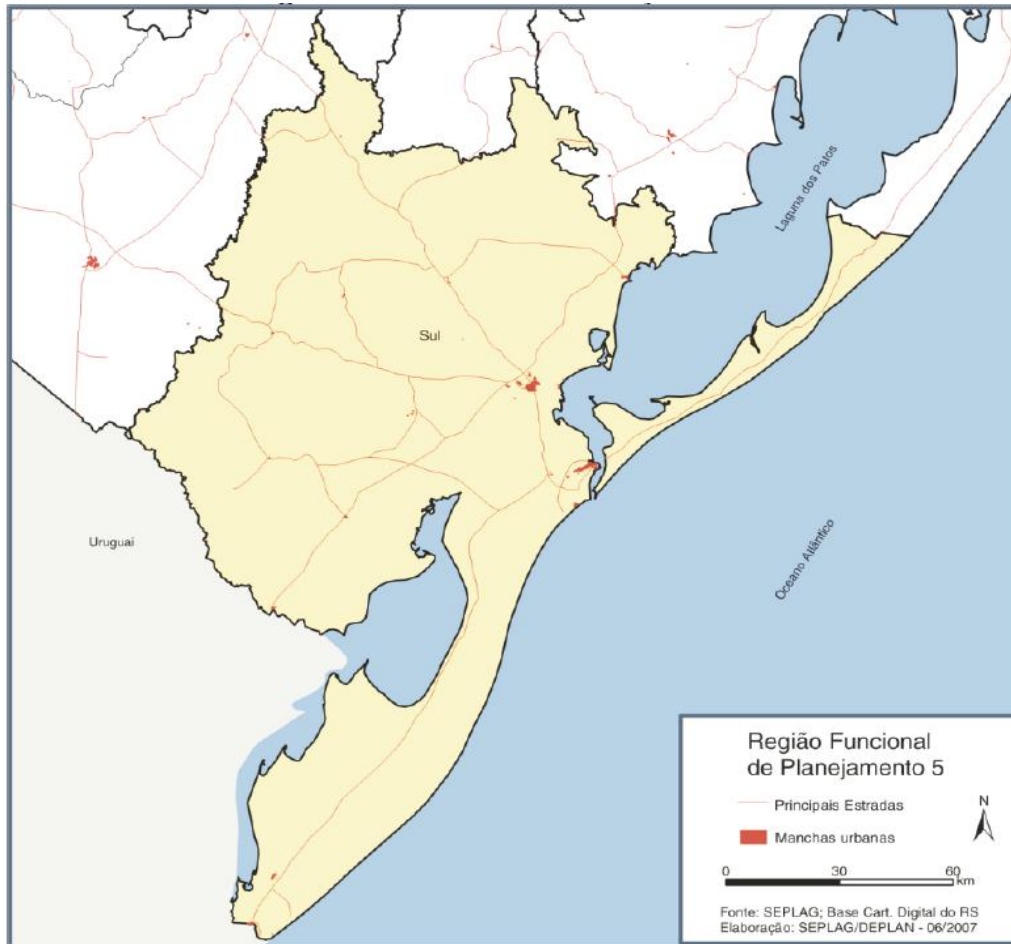
Mapa 5: Região Funcional de Planejamento 4



Fonte: SEPLAG/DEPLAN (2010)

A Região Funcional 5 é formada unicamente pelo Corede Sul. Essa região ocupa 17% do território gaúcho e representa 7,1% do PIB do Rio Grande do Sul. Sua população gira em torno de 7,9% da população total do Estado, sendo que aproximadamente 60% vivem no chamado Aglomerado Urbano do Sul. A esse aglomerado pertencem as cidades de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, São José do Norte e Arroio do Padre.

Mapa 6: Região Funcional de Planejamento 5



Fonte: SEPLAG/DEPLAN (2007)

O que se destaca na região é estrutura portuária que atende todo o Estado. Com significativas vantagens naturais e operacionais, o Porto de Rio Grande tem conseguido uma posição competitiva e destacada. O desenvolvimento do polo naval tem agregado segmentos complementares, que tem contribuído com a economia local. Existe também boa capacidade de expansão do setor de serviços nas atividades de apoio à exportação e serviços em geral.

Porém a região vem perdendo participação econômica em relação ao restante do Estado em decorrência à baixa dinâmica da sua agricultura e as dificuldades da indústria. Isso ocasiona uma mão de obra ociosa, que tem sido em parte absorvida pelo setor de serviços, mas não tem sido suficiente para revitalizar a economia da região.

As universidades presentes em Rio Grande e Pelotas têm contribuído para a formação de profissionais visando à construção de um núcleo de atividades ligadas ao setor terciário superior, com atividades ligadas ao segmento da eletroeletrônica e da tecnologia da informação.

Tabela 5: Dados econômicos dos Coredes da Região Funcional de Planejamento 5

	Corede Sul
População (2011)	845.109 hab.
PIB per capita (2009)	R\$ 16.042
Atividade Econômica	Estrutura portuária, setor de serviços e agropecuária
Exportações Totais (2010)	US\$ FOB 1.772.488.126

Fonte: FEE (2009, 2010, 2011); SEPLAG/DEPLAN (2010)

Formada pelos Coredes Campanha e Fronteira Oeste, a Região Funcional 6 possui em torno de 7% da população do Estado. Possui a mais baixa densidade demográfica do Rio Grande do Sul e a maior concentração fundiária, com uma produção basicamente primária, baseada na pecuária extensiva e na produção do arroz.

A distância dos municípios dessa região com os grandes centros urbanos ocasiona, conseqüentemente, um mercado consumidor de grande porte.

Tabela 6: Dados econômicos dos Coredes da Região Funcional de Planejamento 6

	Corede Fronteira Oeste	Corede Campanha
População (2011)	530.283 hab.	216.623 hab.
PIB per capita (2009)	R\$ 15.439	R\$ 13.241
Atividade Econômica	Processamento de produtos de origem vegetal e animal	
Exportações Totais (2010)	US\$ FOB 120.375.433	US\$ FOB 119.861.672

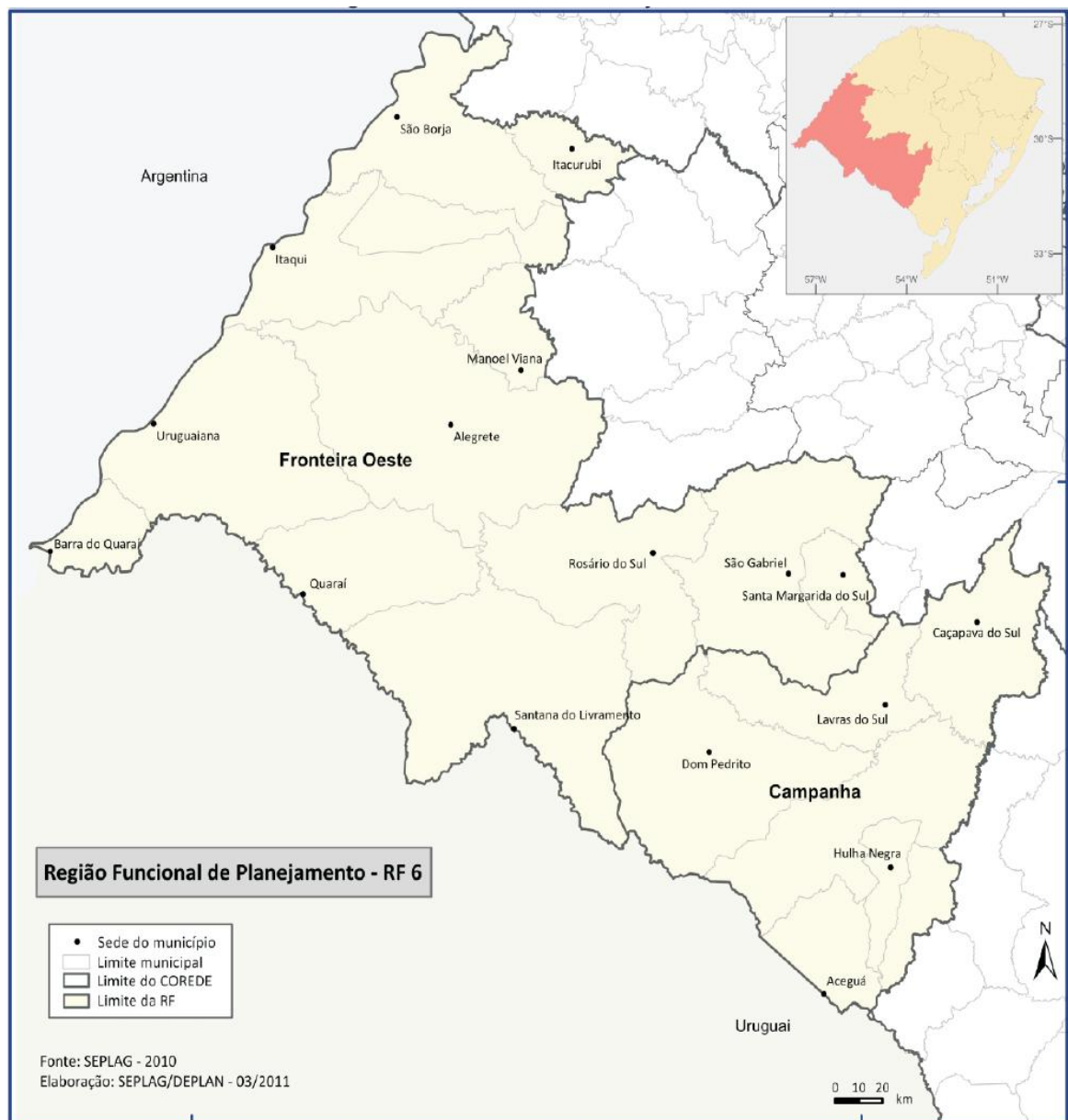
Fonte: FEE (2009, 2010, 2011); SEPLAG/DEPLAN (2010). Elaboração própria

De acordo com a Tabela 6, o setor de processamento de produtos de origem vegetal e animal é um dos poucos que consegue destaque a nível estadual. A indústria é pouco relevante e a atividade pecuária apresenta baixa integração de cadeia, rebanho heterogêneo e baixa rastreabilidade. A fronteira internacional da região não tem sido favorável para o seu

desenvolvimento, principalmente devido aos entraves burocráticos do Brasil com seus vizinhos do MERCOSUL.

Entretanto, algumas atividades como a vitivinicultura e a silvicultura tem se desenvolvido com algum êxito. A Região apresenta também boas potencialidades energéticas com a bioenergia e a energia termelétrica.

Mapa 7: Região Funcional de Planejamento 6



Fonte: SEPLAG/DEPLAN (2011)

A Região Funcional 7 é formada pelos Coredes Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial. Essa região é responsável por aproximadamente 7% do PIB do Estado e 7% da população.

Além das atividades econômicas mais importantes da região, destacadas na Tabela 7, setores como o de biodiesel e de produção de frutas tem ganhado importância.

Tabela 7: Dados econômicos dos Coredes da Região Funcional de Planejamento 7

	Corede Celeiro	Corede Missões	Corede Fronteira Noroeste	Corede Noroeste Colonial
População (2011)	141.294 hab.	247.689 hab.	203.421 hab.	167.106 hab.
PIB per capita (2009)	R\$ 12.285	R\$ 15.785	R\$ 17.692	R\$ 19.391
Atividade Econômica	Produção de grãos e pecuária			
Exportações Totais (2010)	U\$ FOB 5.696.781	U\$ FOB 449.758.794	U\$ FOB 349.249.073	U\$ FOB 57.751.328

Fonte: FEE (2009, 2010, 2011); SEPLAG/DEPLAN (2010). Elaboração própria.

A produção de grãos e a pecuária são as principais atividades econômicas da região. Na pecuária destaca-se a produção de leite e a criação de aves e suínos. Para a produção da soja, milho e trigo, a região conta com alto índice de propriedades familiares com uma produção diversificada. A tecnologia e o alto nível de mecanização também influenciam para o bom desempenho desse setor na região.

Outro ponto a ser mencionado é a produção de máquinas, equipamentos e tratores que é relevante e competitivo e está presente em praticamente todos os Coredes da região. Esse segmento tem dado aporte para a manutenção competitiva da cadeia produtiva, garantindo sua permanência na Região.

Além disso, o turismo tem tido algum destaque por contar com as Missões Jesuíticas, o Salto do Yucumã e o Parque Estadual do Turvo, porém não tem sido registrado um número elevado de turistas. Segundo a SEPLAG (2010, pg.5) “o fortalecimento do turismo na Região depende de uma melhor organização da atividade, com integração e ampliação dos roteiros, garantindo maior atividade de turistas e maior tempo de permanência na Região”.

Uma das limitações da região é a falta de uma logística de transportes adequada e a distância em relação aos grandes mercados. A falta de integração com a fronteira ao mesmo tempo em que limita a economia local, contribui para um projeto regional comum.

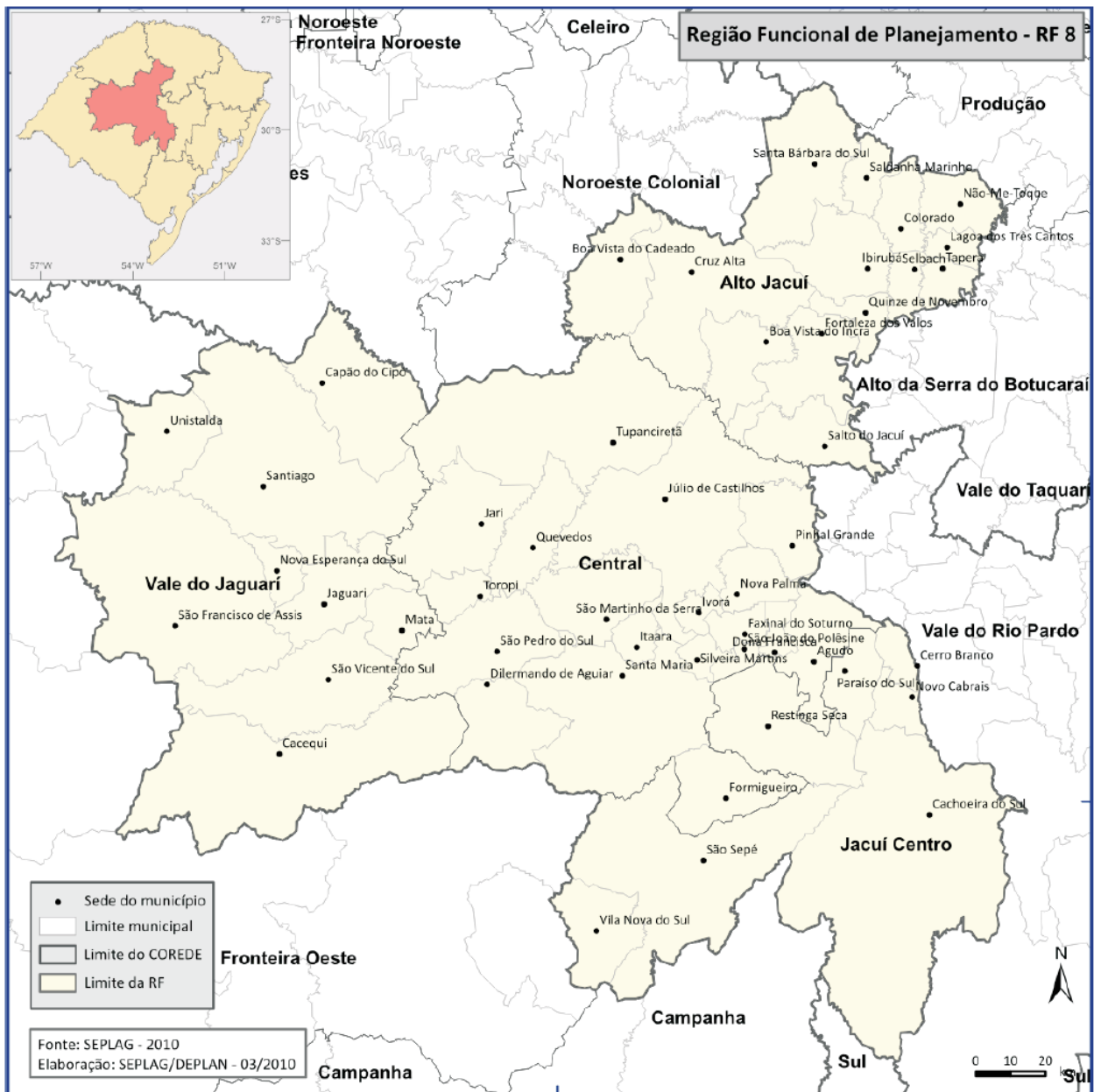
Mapa 8: Região Funcional de Planejamento 7



Fonte: SEPLAG/DEPLAN (2010)

A Região Funcional 8 mostrada no Mapa 9 é formada pelos Coredes Alto Jacuí, Central, Jacuí Centro e Vale do Jaguari.

Mapa 9: Região Funcional de Planejamento 8



Fonte: SEPLAG/DEPLAN (2010)

A Região Funcional 8 representa 7,5% da população do Estado e concentra 6,1% do PIB do Rio Grande do Sul. Com boa infraestrutura nos transportes que facilita a escoação da produção, a agropecuária é destaque na região. Desenvolvem-se lavouras empresariais de arroz e soja em grandes e médias propriedades, produção diversificada em propriedades de origem colonial e áreas de pastagem onde se desenvolve a pecuária.

Tabela 8: Dados econômicos dos Coredes da Região Funcional de Planejamento 8

	Corede Alto Jacuí	Corede Central	Corede Jacuí-Centro	Corede Vale do Jaguari
População (2011)	155.357 hab.	392.873 hab.	143.257 hab.	117.161 hab.
PIB per capita (2009)	R\$ 24.328	R\$ 14.397	R\$ 13.918	R\$ 11.348
Atividade Econômica	Agropecuária			
Exportações Totais (2010)	U\$ FOB 216.910.471	U\$ FOB 63.702.214	U\$ FOB 16.933.762	U\$ FOB 32.012.824

Fonte: FEE (2009, 2010, 2011); SEPLAG/DEPLAN (2010). Elaboração própria.

Santa Maria, localizada no Corede Central é a cidade que se destaca, pois polariza todos os municípios da região. Por centralizar diversos serviços e exercer sua influência sobre os outros municípios, essa cidade pode se tornar um polo irradiador de desenvolvimento para essa Região Funcional.

A Região Funcional 9 é formada pelos Coredes Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai, Norte, Produção, Nordeste e Rio da Várzea.

Esta região possui 9,1% do PIB estadual e 10% da população gaúcha, apresenta uma base produtiva bastante variada, variando de Corede para Corede devido ao grande número de culturas desenvolvidas nas várias pequenas propriedades. No entanto, a agroindústria se destaca, sendo essa região a principal produtora de grãos do Estado.

Tabela 9: Dados econômicos dos Coredes da Região Funcional de Planejamento 9

	Corede Alto da Serra do Botucaraí	Corede Médio Alto Uruguai	Corede Norte	Corede Produção	Corede Nordeste	Corede Rio da Várzea
População (2011)	104.115 hab.	148.303 hab.	221.546 hab.	339.921 hab.	127.086 hab.	130.644 hab.
PIB per capita (2009)	R\$ 12.837	R\$ 12.103	R\$ 18.183	R\$ 20.216	R\$ 16.605	R\$ 15.324
Atividade Econômica	Agroindústria					
Exportações Totais (2010)	U\$ FOB 47.315.294	U\$ FOB 38.635.934	U\$ FOB 115.438.533	U\$ FOB 229.663.374	U\$ FOB 23.987.384	U\$ FOB 1.436.120

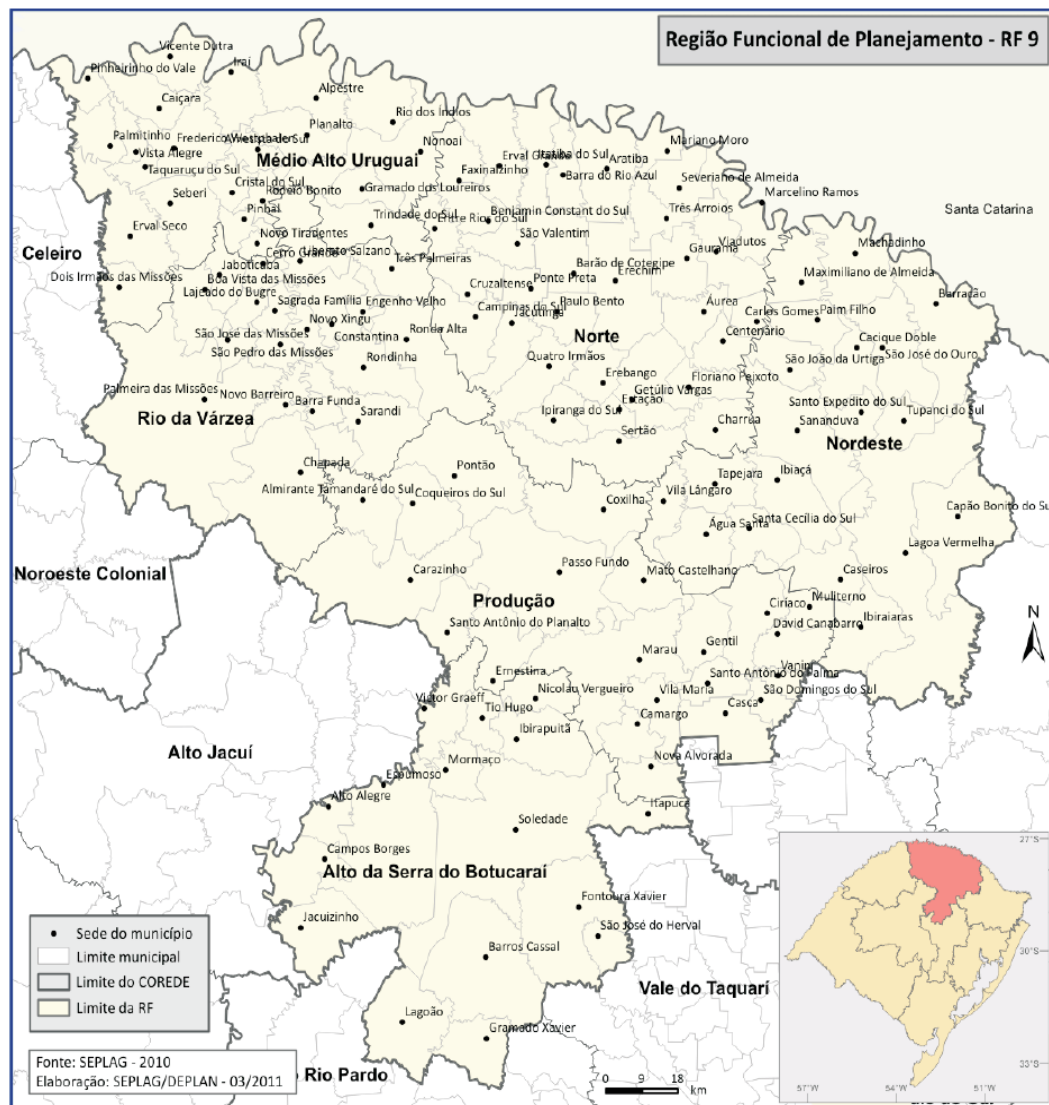
Fonte: FEE (2009, 2010, 2011); SEPLAG/DEPLAN (2010). Elaboração própria.

A pecuária também merece destaque, com a criação de aves e suínos. A bacia leiteira, reforçada por novos estabelecimentos de beneficiamento, processamento do leite e produção de derivados também tem sido importante para o desenvolvimento da região.

Na indústria, os segmentos de máquinas e equipamentos agrícolas e o processamento de aves, suínos e leite são competitivos, com boas expectativas de expansão desse tipo de atividade.

Merece destaque o fato de que a estrutura rodoviária da região facilita o escoamento da produção para Santa Catarina, causando uma fraca integração intrarregional.

Mapa 10: Região Funcional de Planejamento 9



Fonte: SEPLAG/DEPLAN (2011)

Assim, este capítulo se destinou a mostrar, inicialmente, os desmembramentos municipais ocorridos entre 2000 e 2009, com o objetivo de mostrar a nova composição dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado. Além disso, buscou-se traçar um perfil dos Coredes que visa auxiliar na compreensão dos resultados do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico durante o período analisado. O próximo capítulo tratará de avaliar a evolução do Idese para o Estado, municípios e Coredes, traçando uma comparação entre o ano 2000 e o ano 2009. Com isso poderá se avaliar se houve um progresso ou retrocesso no Índice e quais foram os fatores determinantes desses resultados.

3 A EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (IDESE) ENTRE OS ANOS 2000 E 2009

O presente capítulo tem por objetivo apresentar a evolução do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico entre os anos de 2000 e 2009. Nele serão mostradas as características do Índice, metodologia e algumas informações consideradas relevantes. Além disso, será feita a comparação entre os períodos de análise e discutido os dados apresentados.

3.1 O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese)

Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE), o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) é um Índice sintético, sustentado no modelo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos. Esse Índice tem o objetivo de mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado, dos municípios e dos Coredes, informando a sociedade e orientando os governos municipais e o governo do Estado nas suas políticas socioeconômicas. Segundo Mattos, Junior, de Oliveira e Martins (2012, pg. 5) “esse modelo de mensuração pressupõe a insuficiência de se medir desenvolvimento a partir de indicadores de renda somente”.

O Idese é calculado pela FEE desde o ano 2000. Seu objetivo é ser um indicador único e dinâmico agrupando indicadores econômicos e sociais em quatro blocos: renda, saúde, educação e saneamento e domicílios. O Índice varia de zero a um e apresenta três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais a 0,800). O bloco Saneamento e Domicílios é um dos grandes diferenciais em relação ao IDH.

O Índice é composto por doze indicadores. Esses indicadores são transformados em índice e, então, agregados segundo os blocos aos quais pertencem, gerando quatro novos índices, sendo um para cada bloco. O Idese é o resultado da agregação dos índices desses blocos. A transformação dos indicadores em índice é dada através da fórmula:

$$I_{nij} = (X_{nij} - X_P) / (X_M - X_P)$$

onde:

I_{nij} é o índice do indicador n para a unidade geográfica i no ano j ;

X_{nij} é o indicador n para a unidade geográfica i no ano j ;

X_P é o pior valor do indicador n para o ano de referência;

X_M é o melhor valor do indicador n para o ano de referência.

O Idese é calculado através da média dos quatro índices: Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde e Renda. Obtêm-se o índice através da seguinte equação:

$$\text{Idese}_{ij} = p_1 \text{ICDS}_{ij} + p_2 \text{IE}_{ij} + p_3 \text{IS}_{ij} + p_4 \text{IY}_{ij}$$

onde:

Idese_{ij} é o índice socioeconômico da unidade geográfica i no ano j ;

ICDS_{ij} é o índice de condições de domicílio e saneamento da unidade geográfica i no ano j ;

IE_{ij} é o índice de educação da unidade geográfica i no ano j ;

IS_{ij} é o índice de saúde da unidade geográfica i no ano j ;

IY_{ij} é o índice de renda da unidade geográfica i no ano j ;

p_n é a ponderação do índice ($n = 1, 2, 3, 4$); e $\sum p_n = 1$;

sendo:

$p_1 = p_2 = p_3 = p_4 = 0,25$ (média aritmética entre os quatro blocos).

Analisando cada um dos quatro índices que compõe o Idese, inicia-se pelo Índice Educação. Esse índice consiste na média ponderada dos indicadores taxa de evasão no ensino fundamental, taxa de reprovação no ensino fundamental, taxa de atendimento do ensino médio e taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade. A equação é:

$$\text{IE}_{ij} = p_1 \text{IT x E}_{ij} + p_2 \text{IT x R}_{ij} + p_3 \text{IT x 2}^\circ_{ij} + p_4 \text{Itanalf}_{15 e+(ij)}$$

onde:

IE_{ij} é o índice de educação na unidade geográfica i , no ano j ;

IT x E_{ij} é o índice da taxa de evasão na unidade geográfica i , no ano j ;

IT x R_{ij} é o índice da taxa de reprovação na unidade geográfica i , no ano j ;

IT x 2°_{ij} é o índice da taxa de atendimento no ensino médio, na unidade geográfica i , no ano j ;

$\text{Itanalf}_{15 e+(ij)}$ é o índice da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais na unidade geográfica, i no ano j ;

sendo:

$p_1 = 0,25$; $p_2 = 0,20$; $p_3 = 0,20$; $p_4 = 0,35$

O segundo índice a ser apresentado é o do bloco Renda. Ele é o resultado da média ponderada do Índice do Valor Adicionado Bruto (VAB) de Comércio, alojamento e alimentação *per capita* da unidade geográfica *i*, no ano *j* e o PIB municipal *per capita* como indicador de renda gerada na unidade geográfica *i*, no ano *j*. Sua equação é:

$$IY_{ij} = p_1 ICp_{ij} + p_2 IPIBm_{ij}$$

onde:

IY_{ij} é o índice de renda da unidade geográfica *i* no ano *j*;

ICp_{ij} é igual ao índice do logaritmo base 10 VAB de comércio, alojamento e alimentação *per capita* na unidade geográfica *i*, no ano *j*;

$IPIBm_{ij}$ é o Índice do Logaritmo do Produto Interno Bruto municipal *per capita* na unidade geográfica *i*, no ano *j*;

sendo:

$$p_1 = 0,50; p_2 = 0,50$$

O Índice Condições de Domicílio e Saneamento é obtido através da média ponderada de três indicadores: média dos moradores por domicílios totais, proporção de domicílios ligados à rede pública urbana de abastecimento de água e proporção de domicílios ligados à rede pública urbana de coleta de esgoto cloacal e pluvial. A equação para obtenção do índice é:

$$ICDS_{ij} = p_1 IMM_{ij} + p_2 IPA_{ij} + p_3 IPE_{ij}$$

onde:

$ICDS_{ij}$ é o índice de condições de domicílio e saneamento da unidade geográfica *i* no ano *j*;

IMM_{ij} é o índice da média de moradores por domicílio (urbano e rural) da unidade geográfica *i* no ano *j*;

IPA_{ij} é o índice da proporção de domicílios ligados à rede pública urbana de abastecimento de água da unidade geográfica *i* no ano *j*;

IPE_{ij} é o índice da proporção de domicílios ligados à rede pública urbana de coleta de esgoto cloacal e pluvial da unidade geográfica *i* no ano *j*;

$$p_1 = 0,10; p_2 = 0,50; p_3 = 0,40$$

No bloco Saúde o índice é calculado através da média ponderada dos indicadores percentual de crianças com baixo peso ao nascer, da taxa de mortalidade de menores de cinco anos (TMM5) e da expectativa de vida ao nascer. A equação para o cálculo do índice é:

$$IS_{ij} = p_1 IBPN_{ij} + p_2 ITMM5_{ij} + p_3 IEV_{ij}$$

onde:

IS_{ij} é o índice saúde na unidade geográfica i , no ano j ;

$IBPN_{ij}$ é o índice do percentual de crianças com baixo peso ao nascer, na unidade geográfica i , no ano j ;

$ITMM5_{ij}$ é o índice da taxa de mortalidade de menores de cinco anos na unidade geográfica i , no ano j ;

IEV_u o índice da expectativa de vida ao nascer, na unidade geográfica i , no ano j ;

sendo:

$$p_1 = 0,33; p_2 = 0,33; p_3 = 0,33$$

No Quadro 3 é apresentado os blocos do Idese, os índices que compõe cada bloco, o peso dos índices nos blocos e no Idese, os limites dos índices e as fontes dos dados brutos.

Quadro 3 – Blocos do Idese, índices componentes de cada bloco, peso dos índices nos blocos e no Idese, limites dos índices e fontes dos dados brutos.

Blocos	Índices	Peso no Bloco	Peso no Idese	Limite Inferior	Limite Superior	Fontes dos Dados Brutos
Educação	Taxa de abandono no ensino fundamental	0,25	0,0625	100%	0%	Edudata do INEP, Ministério da Educação
	Taxa de reprovação no ensino fundamental	0,2	0,05	100%	0%	Edudata do INEP, Ministério da Educação
	Taxa de atendimento no ensino médio	0,2	0,05	100%	0%	Censo Demográfico 2000 do IBGE; Edudata do INEP, Ministério da Educação; FEE
	Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos e mais de idade	0,35	0,0875	100%	0%	Censo Demográfico 2000 e PNAD do IBGE
Renda	Geração de renda - PIBpc	0,5	0,125	100 (\$ ppp)	40 000 (\$ ppp)	FEE
	Apropriação de renda - VABpc do comércio, alojamento e alimentação	0,5	0,125	11,22 (\$ ppp)	4.486,64 (\$ ppp)	FEE
Condições de Saneamento e Domicílio	Percentual de domicílios abastecidos com água: rede geral	0,5	0,125	0%	100%	Censo Demográfico 2000 do IBGE
	Percentual de domicílios atendidos com esgoto sanitário: rede geral de esgoto ou pluvial	0,4	0,1	0%	100%	Censo Demográfico 2000 do IBGE
	Média de moradores por domicílio	0,1	0,025	seis	um	Censo Demográfico 2000 e PNAD do IBGE; FEE
Saúde	Percentual de crianças com baixo peso ao nascer	0,33	0,0833	30%	4%	DATASUS do Ministério da Saúde.
	Taxa de mortalidade de menores de cinco anos	0,33	0,0833	316 por mil	quatro por mil	DATASUS do Ministério da Saúde
	Esperança de vida ao nascer	0,33	0,0833	25 anos	85 anos	IDHM 2000 do PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro

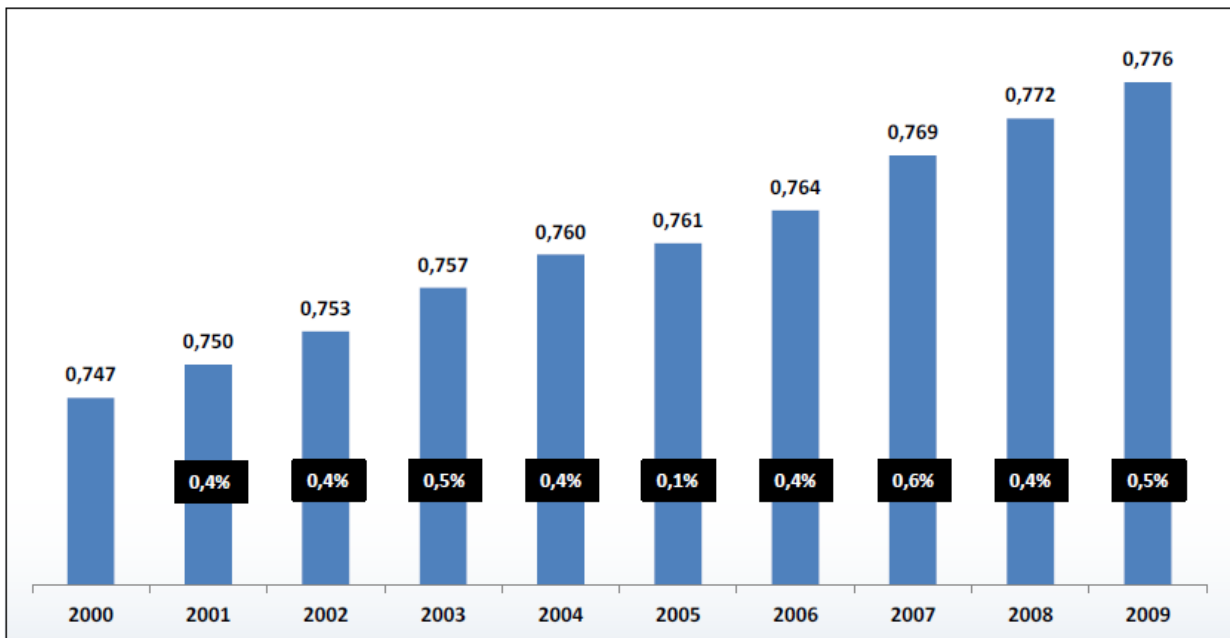
Fonte: FEE (2012)

3.2 A evolução do Idese no Estado e nos municípios entre 2000 e 2009

Quando se comparam os resultados do Idese entre os anos de 2000 e 2009, observa-se uma evolução no desenvolvimento do Estado, passando de 0,747 em 2000 para 0,776 em 2009, representando uma variação de 3,8%. Os resultados obtidos nesses dois anos indicam um grau de

desenvolvimento médio para o Rio Grande do Sul. Durante esse período a taxa média de crescimento anual foi 0,5% aproximadamente. A única desaceleração que aconteceu foi em 2005, como pode ser visto no Gráfico 1. Essa desaceleração ocorreu pela queda dos índices dos Blocos Renda e Educação. O Bloco Renda teve uma redução de 0,2%, causada principalmente pela variação negativa de 0,6% do indicador Geração de Renda (PIBpc). Já o Bloco Educação teve queda de 0,3%, explicada pelos indicadores Taxa de Atendimento no Ensino Médio e Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental, com decréscimos de 1,9% e 1,1% respectivamente.

Gráfico 1 – Evolução do Idese entre 2000 e 2009

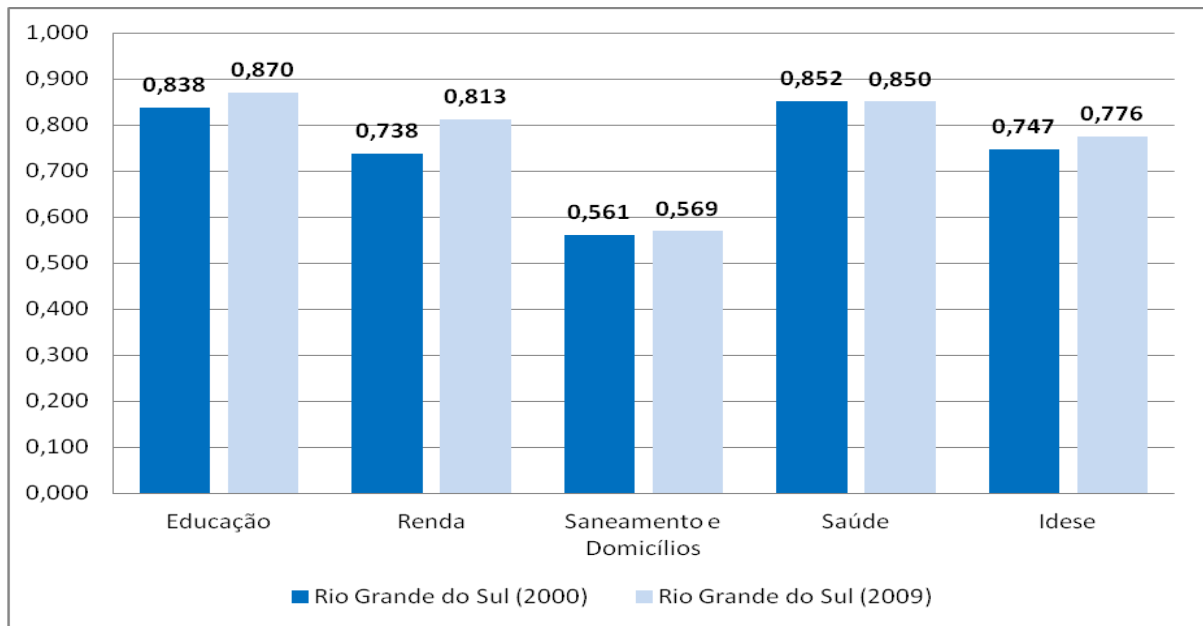


Fonte: FEE (2012)

Ao se analisar a evolução do Idese por blocos (Gráfico 2), verifica-se que grande parte deles apresentou crescimento durante o período de análise, com exceção do bloco Saúde.

O bloco Saúde, apesar de ser um dos destaques positivos do Idese em 2009, crescendo 0,5% em relação a 2008, fruto principalmente de uma melhora nos indicadores referentes ao percentual de crianças com baixo peso ao nascer e à mortalidade de menores de cinco anos, apresentou um decréscimo de 0,3% entre 2000 e 2009, passando de 0,852 em 2000 para 0,850 em 2009. Mesmo assim esse bloco apresenta um alto índice de desenvolvimento no Estado. (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Índices dos blocos do Idese no Rio Grande do Sul em 2000 e 2009



Fonte: FEE (2012). Elaboração própria

O destaque ficou para o bloco Renda que passou de 0,738 no ano 2000 para 0,813 em 2009, representando um crescimento aproximado de 10,1% ao longo do período. Outro bloco que cresceu entre 2000 e 2009, mas de maneira mais discreta, foi o bloco Saneamento e Domicílios, que passou de 0,561 em 2000 para 0,569 em 2009. Enquanto o bloco Renda passou de um nível de desenvolvimento médio para alto o bloco Saneamento e Domicílios permaneceu com um nível médio de desenvolvimento.

Segundo Mattos, Júnior, de Oliveira e Martins (2012) estes dois blocos mostraram variações negativas de 2008 para 2009. A queda na apropriação da renda (VAB do comércio, alojamento e alimentação) foi o propulsor de uma queda de 0,8% nesse bloco. Segundo os autores, “este comportamento é compatível com o cenário de crise vivido em 2009” (2012, pg.10-11). Já o bloco Saneamento e Domicílios retraiu-se 0,2% entre 2008 e 2009 em função de um aumento do número médio de moradores por domicílio.

O bloco Educação apresentou durante o período de análise um crescimento de 4% aproximadamente, passando de 0,838 em 2000 para 0,870 em 2009, o que representa um alto nível de desenvolvimento. Esse bloco foi um dos destaques positivos no Idese de 2009 com um crescimento de 2,1% em relação a 2008, impulsionado principalmente pelo incremento no atendimento ao ensino médio.

Passando para uma análise dos municípios, o que lidera o *ranking* desde o ano 2000 é a cidade de Caxias do Sul. Na Tabela 10 estão listados os dez municípios com maior Idese em 2000 e 2009.

Tabela 10 – *Ranking*: dez municípios com maior Idese em 2000 e 2009

2000			2009	
Municípios	Idese	Posição no Ranking	Municípios	Idese
Caxias do Sul	0,827	1	Caxias do Sul	0,858
Porto Alegre	0,819	2	Esteio	0,846
Esteio	0,812	3	Canoas	0,840
Canoas	0,805	4	Porto Alegre	0,838
Vacaria	0,803	5	Cachoeirinha	0,827
Ivoti	0,803	6	Cruz Alta	0,822
Campo Bom	0,801	7	Vacaria	0,821
Chuí	0,800	8	Cerro Largo	0,819
Bento Gonçalves	0,800	9	Ijuí	0,819
Erechim	0,789	10	Rio Grande	0,813

Fonte: FEE (2012). Elaboração própria

Analisando os dois anos, pode-se observar que houve mudança em 50% das cidades que estavam entre as dez primeiras em 2000 na comparação com 2009.

Caxias do Sul se manteve no topo. No entanto, Porto Alegre e Vacaria, caíram dos respectivos segundo e quinto lugar para quarto e sétimo lugar. Em 2009, Porto Alegre cedeu a terceira posição no *ranking* para Canoas. Isso porque, na comparação com 2008, a Capital do Estado apresentou uma retração em quase todos os blocos, exceto no Bloco Educação. Já Esteio e Canoas subiram respectivamente do terceiro e quarto lugar para o segundo e terceiro lugar. As cidades de Ivoti, Campo Bom, Chuí, Bento Gonçalves e Erechim que figuravam na lista em 2000 foram substituídas por Cachoeirinha, Cruz Alta, Cerro Largo, Ijuí e Rio Grande em 2009.

Além dos dez municípios citados, Campo Bom, Bento Gonçalves, Erechim, Santa Rosa, Santa Maria, Garibaldi e Estrela também possuem um nível de desenvolvimento considerado alto no Idese de 2009. (Idese > 0,800).

Analisando-se a variação percentual do Idese e seus blocos para os dez municípios mais bem colocados no ano de 2000 (Tabela 11), observa-se que as cidades que não aparecem mais entre as dez primeiras em 2009 - Ivoti, Campo Bom, Chuí, Bento Gonçalves e Erechim - apresentam um decréscimo em blocos como Renda e Saúde.

Tabela 11 – Os dez municípios com maior Idese em 2000 – Variação % entre 2009/2000

Municípios	Ordem	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde	Idese
Caxias do Sul	1	4,09%	11,65%	0,31%	-0,68%	3,75%
Porto Alegre	2	4,67%	4,62%	0,88%	-0,99%	2,35%
Esteio	3	6,29%	5,82%	1,80%	2,28%	4,22%
Canoas	4	4,23%	11,05%	0,90%	0,25%	4,37%
Vacaria	5	2,64%	9,89%	0,91%	-3,16%	2,29%
Ivoti	6	2,94%	-7,94%	-0,69%	-4,82%	-2,85%
Campo Bom	7	5,20%	-1,13%	1,05%	0,43%	1,41%
Chuí	8	1,96%	-10,59%	0,95%	1,15%	-2,03%
Bento Gonçalves	9	4,09%	6,34%	0,47%	-5,30%	1,20%
Erechim	10	2,10%	7,27%	3,13%	-1,72%	2,54%

Fonte: FEE (2012). Elaboração própria

Já os municípios que figuram como novidades na lista de 2009 - Cachoeirinha, Cruz Alta, Cerro Largo, Ijuí, Rio Grande - apresentam uma variação positiva considerável nos mesmos dois blocos, além de um crescimento importante no bloco Educação. O bloco Saúde e Domicílios apresentou um crescimento pouco expressivo para a maioria dos municípios. Portanto, essas duas tabelas ajudam a explicar a queda e a ascensão das cidades no *ranking* do Idese ao longo do período, através da perceptível melhora/piora de alguns municípios na avaliação por blocos do Índice.

Tabela 12 – Os dez municípios com maior Idese em 2009 – Variação % entre 2009/2000

Municípios	Ordem	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde	Idese
Caxias do Sul	1	4,09%	11,65%	0,31%	-0,68%	3,75%
Esteio	2	6,29%	5,82%	1,80%	2,28%	4,22%
Canoas	3	4,23%	11,05%	0,90%	0,25%	4,37%
Porto Alegre	4	4,67%	4,62%	0,88%	-0,99%	2,35%
Cachoeirinha	5	4,42%	16,04%	1,06%	0,74%	5,59%
Cruz Alta	6	4,88%	28,18%	6,39%	1,79%	9,89%
Vacaria	7	2,64%	9,89%	0,91%	-3,16%	2,29%
Cerro Largo	8	2,79%	18,57%	1,89%	-0,75%	5,34%
Ijuí	9	7,37%	12,26%	4,42%	2,30%	6,65%
Rio Grande	10	3,77%	14,95%	1,13%	1,50%	5,50%

Fonte: FEE (2012). Elaboração própria

Em 2000 o bloco que mais se destacou dentre os 10 municípios foi o bloco Educação, que apresentou crescimento para todas as cidades, com um crescimento médio de 3,82%. O bloco Saúde foi o único que apresentou uma retração na média dos 10 primeiros municípios.

Para 2009 esse quadro muda, apresentando como grande destaque o bloco Renda, com um crescimento médio de 13,3%. Nenhum dos blocos obteve um crescimento negativo na média dos 10 primeiros municípios de 2009.

Em 2000, ainda considerando os 10 municípios melhores colocados no Idese, a média de crescimento do Índice ficou em 1,72%. Em 2009 essa média passou para 4,99%.

A Tabela 13 apresenta as 10 maiores variações positivas no Idese de 2000 para 2009. O grande destaque foi o município de Garruchos, com um crescimento de 21,44% no Índice, influenciado principalmente pelo bloco Renda, com uma variação de 92,49% de 2000 para 2009.

Tabela 13 – As 10 maiores variações positivas no Idese – Variação % entre 2009/2000

Municípios	Ordem	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde	Idese
Garruchos	1	6,12%	92,49%	6,97%	1,99%	21,44%
Esmeralda	2	6,46%	37,31%	42,93%	-0,60%	15,50%
São Martinho da Serra	3	5,22%	64,30%	8,35%	-1,82%	15,32%
Nova Ramada	4	11,26%	37,25%	20,43%	0,65%	14,20%
Gentil	5	8,84%	38,39%	39,60%	-1,15%	13,84%
Muliterno	6	2,32%	61,20%	11,57%	-1,19%	13,36%
Quevedos	7	2,26%	61,34%	4,65%	-1,47%	13,31%
André da Rocha	8	4,44%	57,85%	0,84%	-2,20%	13,18%
Chувиска	9	5,28%	60,28%	9,30%	-0,13%	13,05%
São José das Missões	10	6,60%	48,10%	12,32%	1,01%	12,72%

Fonte: FEE (2012). Elaboração própria

Em relação aos municípios com as piores colocações do Idese observa-se que na parte de baixo do *ranking* ocorreu uma mudança de quatro cidades de 2000 para 2009. Caraá ocupa o topo do *ranking* das piores cidades em 2009. Os municípios de Barão do Triunfo, Carlos Gomes, Lagoão e Cristal do Sul substituíram Chувиска, Cerro Grande, São José das Missões e Gramado dos Loureiros (Tabela 14).

Os quatro municípios que ao longo do período de análise permaneceram entre os piores na avaliação do Idese apresentaram um crescimento em praticamente todos os blocos, menos no

bloco Saúde, como pode ser observado na Tabela 15, mas esse crescimento não foi bom o bastante para que eles saíssem do posto das piores classificações do Índice.

Tabela 14 – *Ranking*: Dez municípios com menor Idese em 2000 e 2009

2000			2009	
Municípios	Idese	Posição no Ranking	Municípios	Idese
Benjamin Constant do Sul	0,489	1	Caraá	0,542
Monte Alegre dos Campos	0,505	2	Monte Alegre dos Campos	0,550
Lajeado do Bugre	0,513	3	Benjamin Constant do Sul	0,550
Esperança do Sul	0,517	4	Mampituba	0,560
Chувиска	0,520	5	Esperança do Sul	0,566
Caraá	0,524	6	Barão do Triunfo	0,568
Cerro Grande	0,526	7	Lajeado do Bugre	0,569
Mampituba	0,529	8	Carlos Gomes	0,569
São José das Missões	0,537	9	Lagoão	0,571
Gramado dos Loureiros	0,538	10	Cristal do Sul	0,572

Fonte: FEE (2012). Elaboração própria

O maior problema de Caraá e de grande parte dos outros municípios de baixo Idese em 2009 é o bloco Saneamento e Domicílios. Aliás, esse bloco é um problema de grande parte do Estado, apesar do crescimento apresentado entre 2000 e 2009. Em Caraá, por exemplo, o valor do índice é de apenas 0,062.

Uma das maneiras de melhorar a situação desses municípios seria solicitar recursos federais para amenizar os problemas, principalmente do bloco Saneamento e Domicílios. O problema é que melhorias neste bloco são percebidas apenas no longo prazo, e não em quatro anos, prevalecendo os interesses político partidários. Além disso, é necessário que as prefeituras procurem auxílio para instalar programas que estimulem o crescimento da economia.

Tabela 15 – Os dez municípios com menor Idese em 2009 – Variação % entre 2009/2000

Municípios	Ordem	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde	Idese
Caraá	1	3,20%	13,09%	3,73%	-0,65%	3,46%
Monte Alegre dos Campos	2	4,17%	40,92%	8,27%	-0,63%	8,90%
Benjamin Constant do Sul	3	8,31%	52,26%	70,31%	-1,45%	12,53%
Mampituba	4	6,53%	16,26%	16,58%	-0,67%	5,82%
Esperança do Sul	5	4,35%	39,31%	29,43%	-0,03%	9,48%
Barão do Triunfo	6	6,56%	19,63%	8,38%	-3,09%	5,48%
Lajeado do Bugre	7	6,45%	37,22%	14,61%	1,03%	10,94%
Carlos Gomes	8	3,70%	17,07%	37,60%	-1,35%	5,03%
Lagoão	9	5,27%	17,15%	3,72%	-1,11%	5,09%
Cristal do Sul	10	3,00%	4,92%	16,12%	-2,09%	1,83%

Fonte: FEE (2012). Elaboração própria.

Na Tabela 16 estão os municípios com as maiores retrações no Índice no período analisado. Observa-se que as maiores retrações não são tão expressivas como os níveis de crescimento de alguns municípios, apresentados na Tabela 13.

Tabela 16 – As 10 maiores variações negativas no Idese – Variação % entre 2009/2000

Municípios	Ordem	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde	Idese
Barra do Guarita	1	7,21%	-27,06%	4,02%	-0,03%	-3,89%
Ivoti	2	2,94%	-7,94%	-0,69%	-4,82%	-2,85%
Hulha Negra	3	2,41%	-14,97%	-1,23%	1,66%	-2,77%
Balneário Pinhal	4	-0,41%	-3,92%	-7,87%	-0,66%	-2,14%
Chuí	5	1,96%	-10,59%	0,95%	1,15%	-2,03%
Cidreira	6	0,37%	0,63%	-1,32%	-3,61%	-1,10%
Nova Pádua	7	2,32%	-5,69%	2,71%	-2,04%	-1,08%
Nova Esperança do Sul	8	2,05%	-4,17%	-0,34%	-1,80%	-1,01%
Parobé	9	2,88%	-6,72%	0,88%	-0,80%	-0,80%
Barra do Quaraí	10	2,35%	-7,94%	2,94%	1,94%	-0,48%

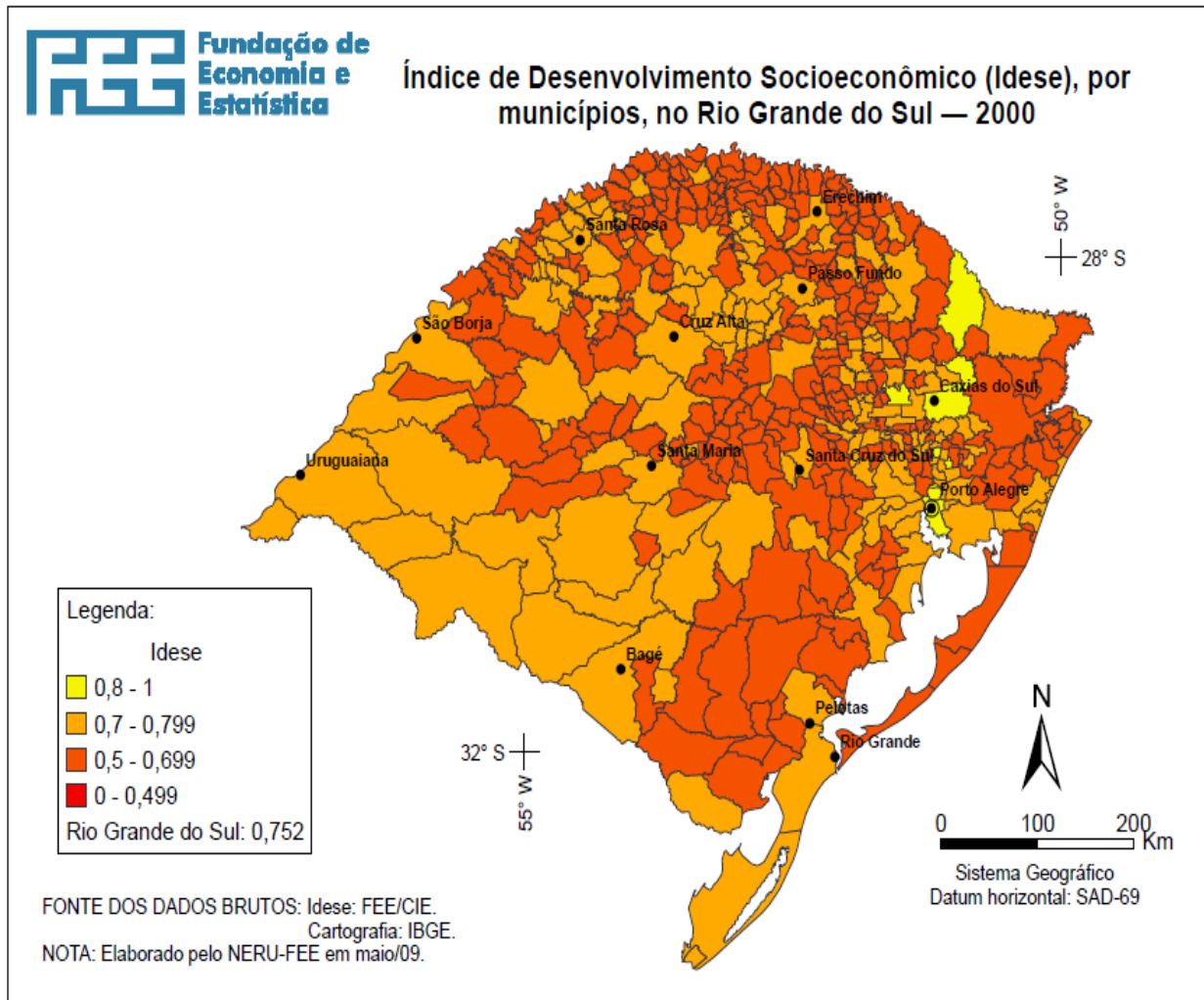
Fonte: FEE (2012). Elaboração própria.

Segundo Mattos, Junior, de Oliveira e Martins (2012) para os municípios melhor colocados no Idese 2009, a renda não teve um peso significativo, sendo o bloco Educação o responsável pelo impulso no crescimento do Índice nessas cidades. Já para os municípios de pior

classificação, o bloco Renda teve um papel mais importante, na medida em que o bloco Educação não conseguiu impulsionar o crescimento do Índice na mesma medida.

Comparando o Mapa 11 e o Mapa 12, pode-se notar que boa parte dos municípios, tanto em 2000 como em 2009, se encontram na faixa de Idese entre 0,700 e 0,799.

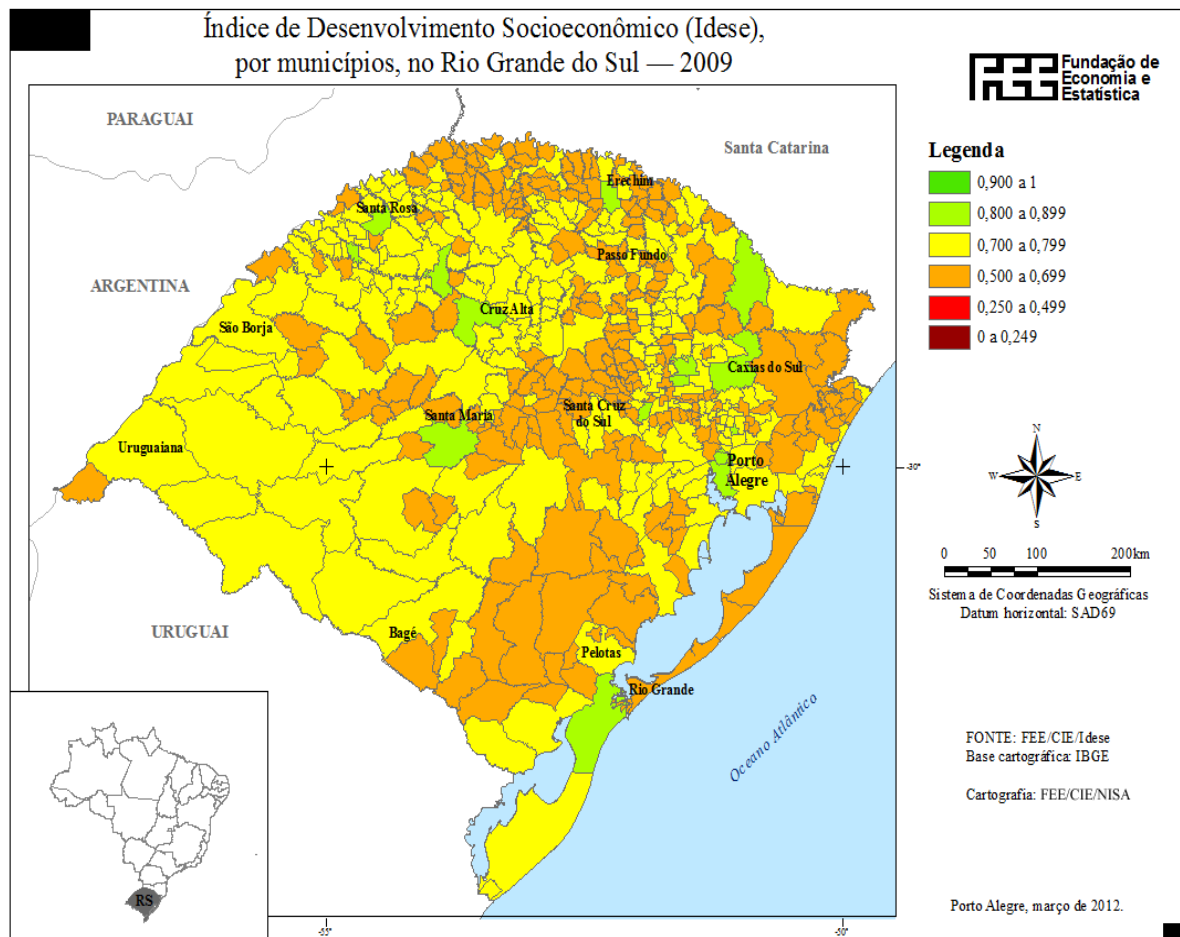
Mapa 11 – Idese, por municípios, no Rio Grande do Sul – 2000



Fonte: FEE/CIE (2009)

Porém, no ano de 2009 observa-se um aumento no número de municípios com Idese considerado alto, com o Índice maior que 0,800.

Mapa 12 – Idese, por municípios, no Rio Grande do Sul – 2009



Fonte: FEE/CIE (2012)

Para Zuanazzi e Junior (2011, pg.31) cabe ressaltar “os desempenhos do Corede Serra e do Município de Caxias do Sul, que são líderes nos *rankings* de suas unidades geográficas desde o início da série histórica [...]”. Os Coredes serão analisados na próxima seção.

Apesar de a situação ter melhorado um pouco na comparação entre 2000 e 2009, há ainda duas concentrações que merecem destaque por seu Índice abaixo de 0,700. Uma delas é na metade sul e outra no extremo norte do Estado.

Na metade sul aproximadamente 20 municípios apresentam um Idese abaixo de 0,700 em 2009, mas boa parte do território apresenta cidades com Índice maior que o mencionado.

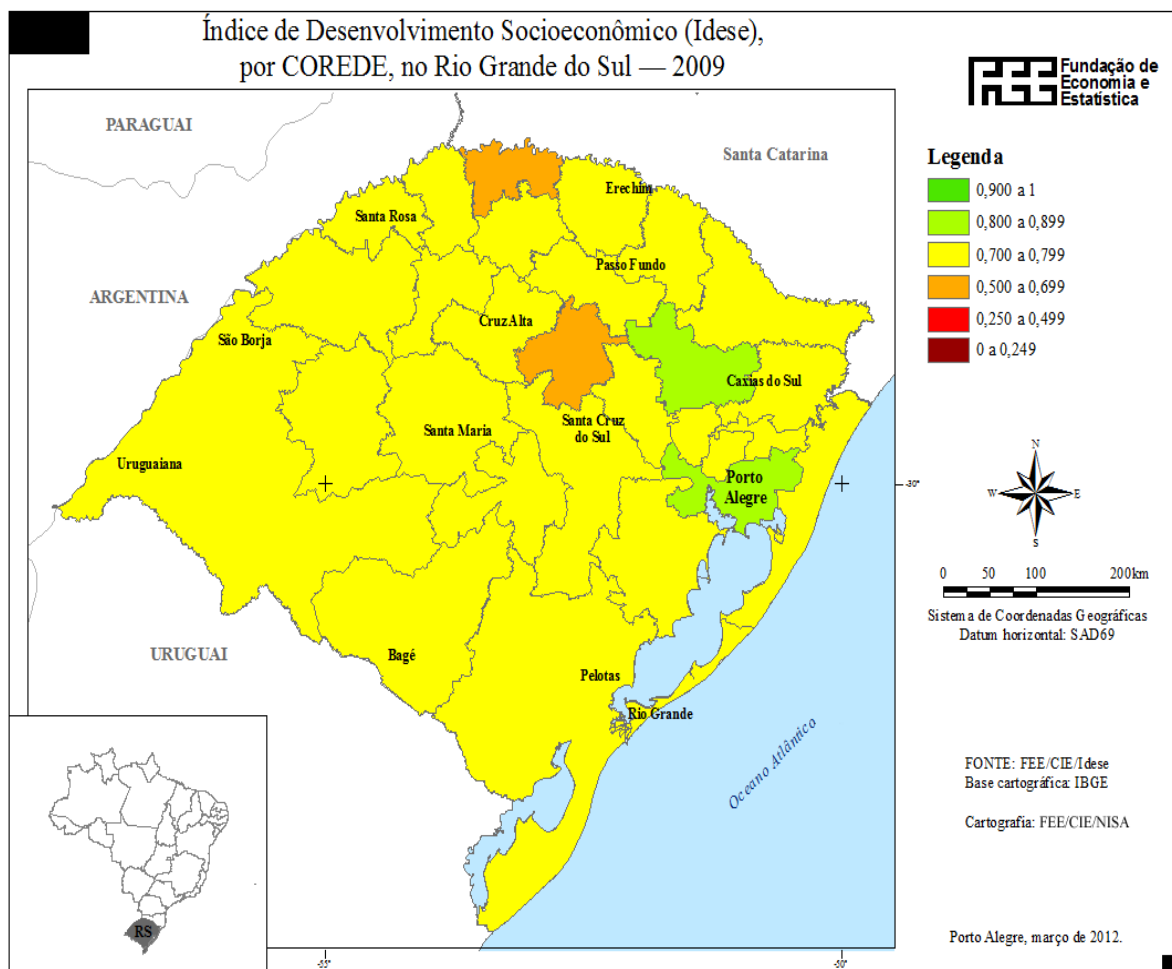
O extremo norte, incluindo parte da região noroeste e nordeste, é outra região que apresenta vários municípios com Idese abaixo de 0,700. Dos dez piores municípios classificados

no *ranking* do Idese, metade deles pertence a esta zona, porém esse fato, na maioria das vezes, não tem o destaque que merece por causa do foco principal, da mídia, ser a região sul do Estado.

3.3 A evolução do Idese nos Coredes entre 2000 e 2009

Fazendo uma análise preliminar do Idese dos Coredes em 2009 através do Mapa 13, pode-se concluir que a maior parte das regiões apresenta um Idese considerado médio, entre 0,500 e 0,799. Apenas duas regiões apresentam um Índice considerado alto, acima de 0,800.

Mapa 13 – Idese, por COREDE, no Rio Grande do Sul – 2009



Fonte: FEE (2012)

Esta situação pode ser mais bem visualizada através da Tabela 17 e da Tabela 18. Analisando os cinco Coredes que obtiveram melhor Índice em 2000 e 2009 e os cinco Coredes que obtiveram os piores Índices em 2000 e 2009, observa-se que todos apresentam Idese maior que 0,500, ou seja, nenhuma região apresenta baixo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico.

Tabela 17 – *Ranking*: Seis Coredes com maior Idese em 2000 e 2009

2000			2009	
Corede	Idese	Posição no Ranking	Corede	Idese
Serra	0,794	1	Serra	0,818
Metropolitano Delta do Jacuí	0,791	2	Metropolitano Delta do Jacuí	0,812
Vale do Rio dos Sinos	0,761	3	Vale do Rio dos Sinos	0,792
Produção	0,739	4	Alto Jacuí	0,792
Fronteira Noroeste	0,738	5	Campos de Cima da Serra	0,779
Campanha	0,733	6	Noroeste Colonial	0,778

Fonte: FEE (2012). Elaboração própria

Essa análise do Idese para os Coredes mostra que a questão das desigualdades regionais é bem maior do que a simples forma de compreender o tema, tendo como base a oposição entre o norte desenvolvido e o sul atrasado. A análise mostra que tanto o Corede que apresenta melhor Idese em 2000 e 2009, o Corede Serra, quanto o que possui o pior indicador em 2000 e 2009, o Corede Médio Alto Uruguai localizam-se na parte norte do território gaúcho.

Tabela 18 – *Ranking*: Seis Coredes com menor Idese em 2000 e 2009

2000			2009	
Corede	Idese	Posição no Ranking	Corede	Idese
Médio Alto Uruguai	0,646	1	Médio Alto Uruguai	0,686
Vale do Rio Pardo	0,679	2	Alto da Serra do Botucaraí	0,695
Paranhana-Encosta da Serra	0,690	3	Paranhana-Encosta da Serra	0,707
Litoral	0,697	4	Celeiro	0,708
Noroeste Colonial	0,705	5	Vale do Rio Pardo	0,715
Centro-Sul	0,706	6	Litoral	0,719

Fonte: FEE (2012). Elaboração própria

Os cinco Coredes com maior Idese no ano 2000 apresentaram, na comparação com 2009, uma variação maior nos blocos Renda e Educação. Saneamento e Domicílios apresentou um

crescimento modesto e o bloco Saúde um decréscimo em quatro dos cinco melhores índices de 2000.

Tabela 19 – Os seis Coredes com maior Idese em 2000 – Variação % entre 2009/2000

Corede	Ordem	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde	Idese
Serra	1	3,73%	9,74%	1,15%	-2,15%	3,02%
Metropolitano Delta do Jacuí	2	4,12%	5,68%	0,01%	0,49%	2,66%
Vale do Rio dos Sinos	3	3,93%	10,83%	1,10%	-0,28%	4,04%
Produção	4	3,06%	11,98%	5,45%	-0,09%	4,86%
Fronteira Noroeste	5	3,91%	13,29%	2,89%	-2,41%	4,05%
Campanha	6	6,62%	7,89%	1,97%	2,20%	4,66%

Fonte: FEE (2012). Elaboração própria

Um crescimento de 3,02%, 2,66% e 4,04% entre 2000 e 2009 foram suficientes para manter, respectivamente, os Coredes Serra, Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos como os três melhores Índices nos dois anos. As novidades em 2009 foram os Coredes Alto Jacuí e Campos de Cima da Serra. O primeiro apresentou uma variação positiva de 9,64% no Idese, consequência principalmente dos blocos Renda e Saneamento e Domicílios como pode ser observado na Tabela 20. O Corede Campos de Cima da Serra, criado em 2006, ficou na quinta posição com um Idese de 0,779. O rápido destaque se deve principalmente aos blocos Educação e Saúde, 0,844 e 0,843 respectivamente, que possuem alto nível de desenvolvimento. Os outros dois blocos apresentam um nível de desenvolvimento médio.

Tabela 20 – Os seis Coredes com maior Idese em 2009 – Variação % entre 2009/2000

Corede	Ordem	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde	Idese
Serra	1	3,73%	9,74%	1,15%	-2,15%	3,02%
Metropolitano Delta do Jacuí	2	4,12%	5,68%	0,01%	0,49%	2,66%
Vale do Rio dos Sinos	3	3,93%	10,83%	1,10%	-0,28%	4,04%
Alto Jacuí	4	4,25%	23,62%	10,78%	2,42%	9,64%
Campos de Cima da Serra	5	-	-	-	-	-
Noroeste Colonial	6	8,82%	19,83%	19,91%	-1,06%	10,27%

Fonte: FEE (2012). Elaboração própria

Na parte de baixo do *ranking*, destaques na Tabela 21 e na Tabela 22, o principal destaque fica por conta do Corede Noroeste Colonial. Quinto pior Idese em 2000, esse Corede consegue

ser o sexto melhor índice em 2009 (Tabela 20), passando de um Idese de 0,705 para 0,778, um incremento de 10,27%.

Tabela 21 – Os seis Coredes com menor Idese em 2000 – Variação % entre 2009/2000

Corede	Ordem	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde	Idese
Médio Alto Uruguai	1	4,93%	16,71%	13,31%	-2,54%	6,08%
Vale do Rio Pardo	2	3,87%	15,46%	3,70%	-0,93%	5,24%
Paranhana-Encosta da Serra	3	3,77%	5,04%	1,58%	-0,37%	2,44%
Litoral	4	3,59%	6,68%	4,03%	-0,41%	3,14%
Noroeste Colonial	5	8,82%	19,83%	19,91%	-1,06%	10,27%
Centro-Sul	6	6,24%	7,00%	1,01%	0,01%	3,58%

Fonte: FEE (2012). Elaboração própria

O principal fator da guinada rumo às primeiras colocações do Corede Noroeste Colonial foi o bloco Educação (0,916) com um nível muito alto de desenvolvimento, acima inclusive da média do Estado que é de 0,870. No bloco Renda esse Corede passou de um nível médio de desenvolvimento em 2000 para um alto nível de desenvolvimento em 2009 e no bloco Saúde manteve um nível alto de desenvolvimento, apesar de um decréscimo de aproximadamente 1% no período. No bloco Saneamento e Domicílios passou de um nível baixo de desenvolvimento para um nível médio de desenvolvimento, mas este ainda é o bloco mais deficiente da região com um Índice de 0,508.

Tabela 22 – Os seis Coredes com menor Idese em 2009 – Variação % entre 2009/2000

Corede	Ordem	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde	Idese
Médio Alto Uruguai	1	4,93%	16,71%	13,31%	-2,54%	6,08%
Alto da Serra do Botucaraí	2	-	-	-	-	-
Paranhana-Encosta da Serra	3	3,77%	5,04%	1,58%	-0,37%	2,44%
Celeiro	4	-	-	-	-	-
Vale do Rio Pardo	5	3,87%	15,46%	3,70%	-0,93%	5,24%
Litoral	6	3,59%	6,68%	4,03%	-0,41%	3,14%

Fonte: FEE (2012). Elaboração própria

Em 2009 três Coredes ainda permanecem na lista dos cinco piores Índices na comparação com 2000. Os Coredes Médio Alto Uruguai, Paranhana-Encosta da Serra e Vale do Rio Pardo são os que continuam. Nenhum deles apresentou um decréscimo no Idese, porém o crescimento não foi o suficiente para tirá-los dessa posição.

O Corede Alto da Serra do Botucaraí, criado em 2003, ficou entre os cinco piores principalmente pelo baixo nível de desenvolvimento do bloco Saneamento (0,359) que ficou muito abaixo da média do Estado que é 0,569. O Corede Celeiro, criado em 2008, apresenta o mesmo baixo índice de desenvolvimento no bloco Saneamento. Os altos índices de desenvolvimento dos blocos Educação e Saúde não parecem ter sido suficientes para proporcionar melhores colocações no Idese de 2009 para as duas regiões.

Porém algumas ações vêm sendo tomadas para diminuir as disparidades no crescimento entre as regiões. O Governo do Estado lançou o Programa de Combate às Desigualdades Regionais com o objetivo de promover a dinamização do desenvolvimento econômico e social nas regiões que apresentam indicadores abaixo da média do Estado. Com isso busca-se priorizar os locais mais deprimidos, de forma a gerar trabalho e renda, com agregação de valor à matéria prima, promovendo inovação tecnológica, diversificação da matriz produtiva e qualificação da mão de obra, como forma de assegurar a competitividade e possibilitar a fixação das comunidades em sua origem.

Tabela 23 – As seis maiores variações no Idese – Variação % entre 2009/2000

Corede	Ordem	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde	Idese
Noroeste Colonial	1	8,82%	19,83%	19,91%	-1,06%	10,27%
Alto Jacuí	2	4,25%	23,62%	10,78%	2,42%	9,64%
Médio Alto Uruguai	3	4,93%	16,71%	13,31%	-2,54%	6,08%
Missões	4	3,61%	18,92%	3,66%	-0,12%	5,97%
Central	5	3,26%	17,23%	8,49%	-2,33%	5,78%
Vale do Rio Pardo	6	3,87%	15,46%	3,70%	-0,93%	5,24%

Fonte: FEE (2012). Elaboração própria

Considerando as maiores e menores variações no Idese, apresentadas nas Tabelas 23 e 24, o destaque positivo fica ainda por conta do Corede Noroeste Colonial e o seu crescimento de 10,27% de 2000 para 2009.

Na Tabela 24 nota-se que não houve variação negativa no Idese de 2000 para 2009 nos Coredes, sendo visto apenas regiões com um crescimento menor.

Tabela 24 – As seis menores variações no Idese – Variação % entre 2009/2000

Corede	Ordem	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde	Idese
Nordeste	1	3,18%	16,79%	-15,26%	-3,35%	0,81%
Paranhana-Encosta da Serra	2	3,77%	5,04%	1,58%	-0,37%	2,44%
Metropolitano Delta do Jacuí	3	4,12%	5,68%	0,01%	0,49%	2,66%
Hortênsias	4	5,22%	10,27%	-2,04%	-2,79%	2,77%
Serra	5	3,73%	9,74%	1,15%	-2,15%	3,02%
Litoral	6	3,59%	6,68%	4,03%	-0,41%	3,14%

Fonte: FEE (2012). Elaboração própria

Os Coredes apresentam, em sua maioria, um Idese médio, sendo que dois deles apresentam um Índice de Desenvolvimento alto. Grande parte desse bom desempenho está vinculada ao bom nível de blocos como Educação e Saúde, que apresentam tanto para o ano 2000 como para o ano 2009, altos índices em todos os Coredes. No bloco Renda todas as regiões apresentam um nível médio de desenvolvimento em 2000, com algumas delas atingindo um nível alto em 2009. O grande problema é o bloco Saneamento, em ambos os anos analisados. O baixo nível de desenvolvimento desse bloco em 2000 permaneceu em 2009 e aproximadamente metade dos Coredes apresenta um baixo nível de desenvolvimento. Portanto, é importante o foco na melhora desse bloco e manutenção na qualidade apresentada nos outros blocos para que o Estado mantenha o ritmo de crescimento do Idese que vem tendo ao longo do período analisado.

Portanto, o que se buscou neste capítulo foi analisar inicialmente os valores do Idese para o Estado e seus municípios. Chegou-se a conclusão de que o Índice vem crescendo no Rio Grande do Sul a uma taxa aproximada de 0,5% ao ano entre 2000 e 2009. Nos municípios essa tendência de crescimento também ocorre. Há uma taxa de crescimento positiva na maioria dos blocos com exceção do bloco Saúde, que apresenta taxas negativas em várias cidades. No entanto os blocos Educação, Saúde e Renda apresentam níveis médio e alto de desenvolvimento em praticamente todas as cidades em 2009. O problema fica por conta do bloco Saneamento e Domicílios que apresenta baixo desenvolvimento em muitos municípios. Uma das alternativas apontadas para melhorar a condição deste bloco na maior parte do Estado, mas especialmente nas cidades da parte de baixo do *ranking*, foi a busca de recursos federais para sanar os problemas. No entanto observa-se um baixo interesse nesta questão porque investimentos nesse bloco possuem baixo apelo político, já que seus resultados são observáveis apenas no longo prazo.

Outra análise feita no trabalho foi a dos Coredes, que apresentaram a mesma tendência de crescimento do Estado e dos municípios. Essa evolução no Índice em relação a 2000 foi puxada em grande parte pelo crescimento do bloco Renda. Os blocos Educação e Saneamento e Domicílios cresceram pouco na maioria dos Coredes. O bloco Saúde caiu levemente na maioria das regiões durante o período analisado.

Foi observada também a tentativa do Governo Estadual de diminuir as desigualdades regionais e auxiliar no desenvolvimento das regiões de baixo Idese através do Programa de Combate as Desigualdades Regionais, que busca aumentar o investimento produtivo e tecnológico e fortalecer as cadeias produtivas e os Arranjos Produtivos Locais.

CONCLUSÃO

Este estudo buscou avaliar a evolução do Idese no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009, ressaltando a evolução do índice e de seus blocos através da apresentação das variações percentuais observadas no período.

Para este fim buscou-se inicialmente entender sobre os Conselhos Regionais de Desenvolvimento e sua nova composição, depois dos desmembramentos municipais ocorridos no período. Foi apresentado também um perfil econômico dos Coredes, visando auxiliar na compreensão dos resultados do Idese. A partir da análise da formação dos Coredes, pode-se concluir que apesar dos problemas enfrentados desde a sua implementação, os aspectos positivos tem sido maiores e por isso justifica-se a não extinção dos conselhos. Esses processos de descentralização são facilitadores na gestão pública.

No terceiro capítulo realizou-se a análise do Idese, comparando o ano 2000 com o ano 2009 para avaliar se houve uma redução ou crescimento do índice. O que se viu foi que o Estado conseguiu um crescimento médio de aproximadamente 0,5% ao longo do período. Esse crescimento se deu pelo avanço importante do bloco renda, mas também se pode destacar a importância do bloco educação.

O destaque negativo, tanto para os municípios como para os Coredes foi o bloco Saúde, que apresentou, para a grande maioria, um decréscimo durante os anos. Mas isso não significa que esse bloco não seja considerado de bom desenvolvimento. Esse bloco, juntamente com o bloco Renda e Educação, apresenta índices médio e alto de desenvolvimento.

O maior problema do Estado é o bloco Saneamento e Domicílios. Apresentando queda para algumas cidades e Coredes e um aumento discreto na grande maioria, esse bloco é o pior tanto em 2000 como em 2009. A solução apresentada na monografia seria, principalmente, a busca de recursos com o Governo Federal para reverter essa situação. Porém, foi destacado que esse tipo de investimento apresenta apenas resultados no longo prazo e, portanto, não é interessante do ponto de vista político.

Além disso, foi comentado sobre o Programa de Combate as Desigualdades Regionais do Governo do Estado. Ele busca diminuir as desigualdades entre as regiões do Rio Grande do Sul através de investimentos em setores importantes, em locais que apresentam índices abaixo da média do Estado.

Conclui-se que apesar do Rio Grande do Sul, municípios e Coredes apresentarem bons níveis de desenvolvimento, é necessário continuar investindo tanto nos blocos considerados com bom nível de desenvolvimento e, principalmente, buscar melhorar o bloco Saneamento e Domicílios que se apresentou com os níveis mais precários. Em nível de cidades não se nota nenhum esforço conjunto no Estado para melhorar esse bloco, talvez pelos motivos já mencionados, talvez por outros motivos. A questão é que esse bloco precisa de melhorias, e melhorias significativas em praticamente todo o Rio Grande do Sul.

Já para os Coredes se percebe um movimento na tentativa de buscar aumentar o desenvolvimento das regiões mais debilitadas, através de investimentos pontuais em áreas frágeis, buscando principalmente fortalecer a economia e, com isso, evitar a saída de população dessas regiões.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, P. S. Uma experiência de institucionalização de regiões no Brasil: os Coredes do Rio Grande do Sul. In: DALLABRIDA, V. R. *Governança territorial e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

COMIM, Flávio V; BAGOLIN, Izete P. PORTO JUNIOR, Sabino da Silva; PICOLOTTO, Volnei da Conceição; AVILA, Rodrigo. *Pobreza: da insuficiência de renda à privação de capacitações*. PPGE-UFRGS, Porto Alegre, 2006.

CONSTITUIÇÃO do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1989.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *ERA eletrônica*, v. 1, n 2, pg. 1-12, jul-dez/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>>. Acesso em: 12/11/2012

DA SILVA, A. M. R.; NEDER, H. D. *Abordagem das capacitações: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil*. 2010. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/alcadeca/download/abordagem-das-capacitacoes-um-estudo-empirico-sobre-pobreza.pdf>>. Acesso em: 04/11/2012.

DE OLIVEIRA, J. C. *Desenvolvimento humano, desigualdade de renda e pobreza nos conselhos regionais e municípios do Rio Grande do Sul entre 1970 e 1991*. Tese de Doutorado em Economia – PPGE – UFRGS. Porto Alegre, 2001.

FEE. *Índice de Desenvolvimento Socioeconômico — IDESE*. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: out. 2012.

_____. *Resumo Estatístico RS*. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/index.php>>. Acesso em: out. 2012.

FIRJAN. *Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM*. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/>>. Acesso em: nov. 2012.

FOSTER, J.E.; SEN, A. *On Economics Inequality. Expanded Edition: Annexe*. Clarendon Paperbacks. Oxford, 1997.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS*. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br/index.php/indicadores-sociais/-imrs-indice-mineiro-de-responsabilidade-social>>. Acesso em: nov. 2012.

HAQ, Mahbub ul. *Reflections on Human Development*. New York: Oxford University Press, 1995.

_____. O paradigma do desenvolvimento humano. In: FUKUDA-PARR, Sakiko. *Desenvolvimento Humano: leituras selecionadas*. Belo Horizonte: IDHS – PUC Minas, PNUD, 2008.

IBGE. *IBGE Cidades*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: out. 2012.

JANNUZZI, P.M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações*. Campinas: Alínea, 2001.

MATTOS, E. J.; JUNIOR, M. V. W.; OLIVEIRA, L. L. S. de.; MARTINS, C. H. B. *Índice de Desenvolvimento Socioeconômico e pobreza extrema: um cenário para os municípios gaúchos*. 2012. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa12/Indice_de_Developolvimento_Socioeconomico_e_Pobreza_Extrema-Um_Cenario_para_os_Municipios_Gauchos.pdf>. Acesso em: 26/10/2012

NARAYAN, Deepa. *Voices of the poor: Can anyone hear us?* Oxford: Oxford University Press, 2000.

NUSSBAUM, Martha C. *Women and Human Development: The Capabilities Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório do Desenvolvimento Humano*, 1990.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 10.283, de 17 de outubro de 1994. Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. *Diário Oficial* (do Estado do Rio Grande do Sul), Porto Alegre, V. nº LIII, nº. 215, 14 de novembro de 1994.

_____. Decreto Nº 43.858, de 01 de junho de 2005. Altera e consolida a regulamentação da Lei nº 11.179, de 25 de junho de 1998, alterada pela Lei nº 11.920, de 10 de junho de 2003, que dispõe sobre a consulta direta à população quanto à destinação de parcela do orçamento do Estado do Rio Grande do Sul voltada a investimentos e serviços de interesse regional e municipal. *Diário Oficial* (do Estado do Rio Grande do Sul), Porto Alegre, 01 de junho de 2005.

_____. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. *Perfil – Região Funcional de Planejamento 1*. Porto Alegre: SEPLAG. 2010

_____. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. *Perfil – Região Funcional de Planejamento 2*. Porto Alegre: SEPLAG. 2010

_____. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. *Perfil – Região Funcional de Planejamento 3*. Porto Alegre: SEPLAG. 2010

_____. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. *Perfil – Região Funcional de Planejamento 4*. Porto Alegre: SEPLAG. 2010

_____. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. *Perfil – Região Funcional de Planejamento 5*. Porto Alegre: SEPLAG. 2010

_____. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. *Perfil – Região Funcional de Planejamento 6*. Porto Alegre: SEPLAG. 2010

_____. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. *Perfil – Região Funcional de Planejamento 7*. Porto Alegre: SEPLAG. 2010

_____. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. *Perfil – Região Funcional de Planejamento 8*. Porto Alegre: SEPLAG. 2010

_____. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. *Perfil – Região Funcional de Planejamento 9*. Porto Alegre: SEPLAG. 2010

ROWNTREE, B. S. *Poverty: a study of town life*. London, Macmillan, 1901.

SALAMA, P. DESTREMAU, B. *O tamanho da Pobreza*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SANTOS, Claire Gomes dos. *Uma avaliação do acesso à qualidade de vida dos moradores dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento, em Porto Alegre/RS*. Dissertação de Mestrado em Administração – PPGA – UFRGS. Porto Alegre, 2006.

SANTOS, Claire Gomes dos.; CARRION Rosinha da Silva Machado. Microcrédito e pobreza: um diálogo possível? *RAC*, Curitiba, v.13, Edição Especial, art. 4, p. 53-67, Junho 2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac>>. Acessado em: 15/11/2012.

SEADE. *Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/projetos/iprs/>>. Acesso em: nov. 2012

SEN, Amartya K. The Concept of Development. In: CHENERY, H. and SRINIVASEN, T. N. Eds. *The Handbook of Development Economics* Volume I. Amsterdam: Elsevier Publishers, 1988.

_____. Capability and Well-Being. In: SEN, A. and NUSSBAUM, M. Eds. *The Quality of Life*. Oxford: Clarendon Press. 30-53, 1993.

_____. O desenvolvimento como expansão de capacidades. *Revista Lua Nova*, nº 18, São Paulo: CEDEC, 1993.

_____. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Capital Humano e Capacitação Humana. In: FUKUDA-PARR, Sakiko. *Desenvolvimento Humano: leituras selecionadas*. Belo Horizonte: IDHS – PUC Minas, PNUD, 2008.

THORBECKE, E. Multidimensional poverty: conceptual and measurement issues. *Paper prepared for The Many Dimensions of Poverty International Conference, UNDP International Poverty Centre, Brasília, August 29-31, 2005*.

VEIGA, J. E. Vicissitudes da governança cidadã: os Conselhos Regionais Gaúchos (COREDE). In: *RdE – Revista de Desenvolvimento Econômico*, ano VIII, n. 13, p. 19-27, 2006.

WILTGEN, R. P.; DOS REIS, C. N. *Pobreza urbana: uma Proxy da Região Metropolitana de Porto Alegre*. 2012. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa3/Pobreza_Urbana-Uma_proxy_da_RMPA.pdf>. Acessado em: 05/11/2012.

ZUANAZZI, P. T.; JUNIOR, M. V. W.; Desempenho do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico gaúcho em 2008. In: *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v.39, n. 2, pg. 19-32, 2011.